

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARÍLIA ROSA PEREIRA

**A CULTURA COMO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA NO CAPITALISMO:
NOTAS DESDE A TEORIA SOCIAL CRÍTICA**

**FLORIANÓPOLIS - SC
28 de Novembro de 2010**

MARÍLIA ROSA PEREIRA

**A CULTURA COMO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA NO CAPITALISMO:
NOTAS DESDE A TEORIA SOCIAL CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
orientado pela Professora Dra.
Beatriz Augusto de Paiva,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social, do Centro Sócio-
Econômico da Universidade Federal
de Santa Catarina, como pré-
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis – SC
2010

“Grande parte da cultura da América Latina tem muito a ver,
por exemplo, com as revoluções burguesas.
Assim, Domingo F. Sarmiento, José Enrique Rodó, Euclides da Cunha,
Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Octavio Paz e outros explicam-se,
em boa medida, pela forma burguesa de colocar e resolver problemas nacionais.

Mas também é válido observar que grande parte da cultura da América Latina
tem muito a ver com a revolução socialista.

José Martí, José Carlos Mariátegui,
os muralistas mexicanos, Alejo Carpentier, Nicolás Guillén,
Pablo Neruda, Ernesto Cardenal, Augusto Roa Bastos, Gabriel Garcia Marquez,
da mesma maneira que Lima Barreto, Graciliano Ramos, Cândido Portinari
e outros explicam-se, em boa medida, na perspectiva aberta
pelos primórdios e desenvolvimentos
da revolução socialista.”

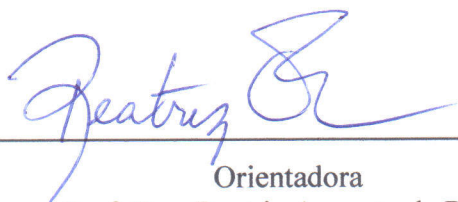
(Octavio Ianni – REVOLUÇÃO E CULTURA, 1983)

Marília Rosa Pereira

**A CULTURA COMO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA NO CAPITALISMO:
NOTAS DESDE A TEORIA SOCIAL CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:



Orientadora
Prof. Dra. Beatriz Augusto de Paiva



1º Examinador
Prof. Dr. Ricardo Lara
Professor do Departamento de Serviço Social - UFSC



2º Examinador
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC Marlon Garcia

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer profundamente, em primeiro lugar a Deus, por permitir a realização de todas as conquistas e alegrias, e a todos os amigos espirituais que me iluminaram neste processo e que me acompanham nesta jornada terrena.

Quero agradecer também aos meus familiares que acreditaram e fortaleceram todas as conquistas. À minha mãe Abadia, pelo amor incondicional e apoio moral, psicológico e material. Ao meu pai Gilmar que, embora já se encontre em outro plano existencial, está sempre presente em meus sonhos e me acompanhando de longe, mas de perto. Ao meu irmão Saulo pelas longas discussões marxistas e revolucionárias, por também acreditar em meu sucesso e por fazer parte de minha vida. À minha prima Lucinha por todas as parcerias desde a infância e alegrias compartilhadas. À minha sobrinha Pâmela e meu sobrinho Ruan, pelo orgulho que sinto de vê-los crescer e simplesmente por existirem. E a todos os demais familiares que ocupam um lugar indispensável em minha história de vida.

Preciso agradecer também a toda a minha família escolhida: os amigos e amigas.

Sem hierarquizar as amizades, mas apenas para fazer jus, mencionarei um a um.

O meu imenso obrigado aos amigos e companheiros de toda essa jornada que foi a graduação. Em especial: à Denise, que além de dividir a moradia, exerceu papel fundamental de companheirismo e compreensão neste tempo. Jamais vou esquecer o seu exemplo de amizade sincera e livre de interesses, de desapego material, de amor aos animais e respeito à natureza, e de evolução moral e espiritual. À Raquel pelas alegrias proporcionadas e o exemplo incondicional de superação das adversidades, você é uma prova viva de que tudo é possível amiga, tenho muito orgulho de você. Ao Rafael por todos os momentos alegres (tristes não me lembro, rs.) pelos caminhos da UFSC, pela parceria e companheirismo em vários momentos impossíveis de enumerar, pelas indispensáveis dicas “de sucesso”, e pela lealdade compartilhada. À Karina Dias também pelas muitas alegrias partilhadas, pelas longas conversas edificantes, pelo exemplo de dedicação aos estudos, e acima de tudo, pela sincera amizade nesse momento único de nossas vidas. À Karina Andrada, amiga mais recente, mas pela qual nutri um imenso carinho. Agradeço pela espontaneidade sincera nas atitudes, e pelo exemplo de

autenticidade. Além da afinidade pelo tema no debate da cultura. À Ariane que foi me conquistando aos pouquinhos e hoje é uma pessoa indispensável em minha vida. Não vou esquecer jamais as praias, festas, viagem, segredos, risadas, e também todos os momentos de alegria compartilhada.

E agradeço também a todos os outros amigos e amigas que, de alguma forma, marcaram ou pertenceram à minha jornada acadêmica.

Quero agradecer agora a todos os demais amigos de Floripa, que contribuíram para que esses fossem e os melhores anos de minha vida. À Lia pela parceria nos momentos mais marcantes e importantes de minha vida, por acreditar em nossa amizade independente de qualquer adversidade, pelos nossos anjos amigos que potencializam em cem vezes a nossa energia combinada, nos fazendo acreditar que o importante é ser feliz. Nada como a real e sincera amizade, a qual sinto profundamente em meu coração. Obrigada por existir amiga.

À Ana Lúcia, Katrin e Virgínia (Vivi). Vocês fazem parte dos anos dourados de minha existência, obrigada pelo amor e amizade dedicados incondicionalmente, que eu sei e sinto ser muito real. Saibam da sincera reciprocidade.

À Letícia pelo grande exemplo de garra e determinação, pelos ótimos momentos e carinho dedicado ao longo dos anos, e por não ter desistido de nossa amizade mesmo a distância.

Ao Tuca por fazer parte de minha história, pelo orgulho de participar de sua evolução ao longo dos anos, pelos muitos espaços de música, dança, arte e cultura proporcionados, e simplesmente por ser uma luz incandescente em minha vida.

Agradeço a todas as outras amigadas que construí nessa ilha maravilhosa, as quais são impossíveis de ser enumeradas, mas da mesma forma, impossíveis de ser esquecidas.

Às amigas de Brasília que não poderiam faltar: À Tati que é um orgulho e uma honra poder ser sua amiga, sem palavras pra descrever a admiração e alegria de ter sua amizade. À Paola que é um exemplo de parceria, atitude, empreendedorismo, criatividade e muito mais. Obrigada minhas amigas por não desistirem da minha amizade mesmo à distância. É maravilhoso poder contar com vocês.

E a todos os amigos, colegas, conhecidos que, de alguma forma, cruzaram meu caminho positivamente.

Agradeço ao pessoal da lanchonete e do xerox do CSE, que acompanharam (via de regra sempre contentes) o processo que é edificar uma graduação. Obrigada pela dedicação e trabalho de todos.

Agradeço neste momento também à minha orientadora professora Beatriz Paiva, por aceitar essa parceria, por acolher por vezes a minha indisciplina, e por se constituir em um exemplo para mim. Não é fácil, mas hoje entendo que é preciso acreditar na revolução.

Também à Mirella, minha orientadora de monitoria, a qual desenvolvi uma amizade e admiração. Espero que os debates possam permanecer.

À minha banca examinadora Professor Ricardo Lara, e o discente da pós-graduação Marlon Garcia, por aceitar e acolher meu trabalho.

À toda a equipe do EMAJ, pela acolhida e compartilhamento dos primeiros passos na profissão. À todos os demais professores do curso que contribuíram para minha formação, e aos funcionários do Departamento que possibilitaram os meios para as conquistas.

E a todos e a cada um por ajudarem a escrever minha história de vida, acadêmica ou não, e mencionados ou não. Muito obrigada.

RESUMO

PEREIRA, Marília Rosa. *A Cultura como campo da Política Pública no Capitalismo: notas desde a teoria social crítica*. 2010. 90fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um estudo sobre o tema da cultura sob o ponto de vista da teoria social crítica, bem como das dimensões que ela engloba no capitalismo e em como se constitui enquanto campo da política pública, especialmente no Brasil. Foram realizadas considerações sobre o vínculo que a definição de cultura possui com a História, para se conformar em um direito humano fundamental. Também foi levantada a definição formulada pelo filósofo alemão Herbert Marcuse, sobre o que se chama de Cultura Afirmativa, conceito definido para explicar o espaço que a cultura assume na especificidade das relações burguesas. Desta forma, foram suscitadas questões sobre o papel da ideologia e dos meios de comunicação de massa na sociedade de classes, e sua influência tanto na conformação da organização da sociedade civil, quanto na disputa por hegemonia. Defendemos que a cultura assume papel central na luta de classes e na promoção da revolução social, que visa conformar uma sociedade mais justa e sem exploração e dominação de classe. Compreendemos que a organização da cultura em uma sociedade só se dá de maneira autônoma quando co-existe e se correlaciona com a própria sociedade civil organizada, e, os intelectuais assumem, desta maneira, papel fundamental na disputa por hegemonia e na transformação de nosso senso comum. Assumimos a posição de que cabem a estes intelectuais (“possuidores da cultura”) assumir também um papel político-ideológico definido, comprometido organicamente com as massas, com um projeto social e coletivo delimitado, para se inserir no aparato estatal (especialmente via partido político) e nos demais espaços públicos, com a função justamente de desvendar as reais demandas da sociedade, elucidar os antagonismos de classe obscurecidos pelo processo de dominação política, econômica, ideológicas e culturais que vivenciamos, e permitir, desta forma, a conformação de uma nova cultura e de um senso comum renovado, e, a consequente promoção da revolução via cultura, ou a revolução cultural. Associamos a este debate também, uma contextualização da atual proposta de regulamentação para o setor cultural no Brasil. Através de um breve retrospecto histórico da organização da cultura em nossa sociedade, evidenciamos que vivemos um momento de ampliação do Estado neste setor, que vem assumindo para si a responsabilidade do financiamento direto da cultura e da organização dos recursos alocados. Sem romper, entretanto, com o passado recente de focalização da política cultural nos incentivos de renúncia fiscal, fortalecendo a parceria entre público-privado, e incorporando as demandas da indústria cultural.

Palavras-chave: Cultura, sociedade civil, senso comum, intelectual orgânico, hegemonia e revolução.

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO	09
2. CONCEITUAÇÃO DA CULTURA E SUAS DIMENSÕES NO CAPITALISMO	11
2.1. O Conceito História-Cultura e Cultura Afirmativa	11
2.2. Cultura, Ideologia e Meios de Comunicação de Massa (Mídia)	18
2.3. Cultura, Hegemonia e Revolução (ou revolução cultural).....	28
3. A CULTURA NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	41
3.1. A Organização da Cultura no Brasil	41
3.2. Contextualização da atual Proposta de Regulamentação da Cultura no Brasil	58
3.3. Considerações sobre a atual organização da cultura no país e a nova regulamentação	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
5. REFERÊNCIAS	87

1 – INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo, em um primeiro momento, desvendar como a questão da Cultura nas sociedades é compreendida pela teoria social crítica, e como é interpretada a partir deste prospecto por autores contemporâneos. Desde a sua conceituação, pretendemos desenvolver análises sobre as dimensões que a Cultura incorpora na sociedade capitalista, revelando o papel que a ideologia dominante e os meios de comunicação de massa exercem neste campo, e contribuindo, assim, para o encadeamento de reflexões mais profundas sobre o tema, de forma a ultrapassar as definições *rasas* em que as ideologias da “pós-modernidade” se fundamentam.

Em um segundo momento, objetivamos contribuir para o debate da questão da revolução social, e da transformação de nossa sociedade em outra mais justa, destacando o papel central que a cultura assume na luta de classes do sistema capitalista. Visamos alimentar a ideia de como a disputa por hegemonia só pode ser efetivada tendo a cultura no centro do debate da questão do poder. A intenção é salientar a concepção de que, através da criação de um legado de intelectuais organicamente vinculados às massas, e inseridos no aparato estatal (via partido político), é possível contribuir para a conformação de um *senso comum* renovado, de uma sociedade civil efetivamente organizada e identificada enquanto classe, e, assim, fomentar o alcance de um novo paradigma cultural em nossa sociedade, capaz de tensionar os espaços públicos de debate e deliberação, e promover, em um próximo momento, a revolução social.

Na última instância, objetivamos trazer o debate filosófico para o centro da realidade brasileira no espaço da cultura. Primeiramente contextualizando a história de nossa organização da cultura e consolidação da sociedade civil (uma vez que ambas são indissociáveis) e, na sequência, oferecendo um prospecto sobre a conjuntura atual, que é de novas regulamentações e ampliação do Estado no setor.

O método utilizado para a realização deste trabalho foi o de revisão e pesquisa documental e bibliográfica. Foram privilegiados os autores que contribuem para o tema dentro da teoria social crítica, como Carlos Nelson Coutinho (1990); Marilda Villela Iamamoto (2001, 2005); Marilena Chauí (2006, 2007); e Ivete Simionatto (2004). O que

implicou obrigatoriamente fazer também referência aos clássicos, nos quais estes se fundamentam, como Karl Marx, Antonio Gramsci e Herbert Marcuse.

A delimitação do tema para este trabalho teve origem em diversas situações. Especialmente pela afinidade pessoal com o debate proposto, pelo envolvimento em disciplinas de graduação em áreas afins, como Cinema e Artes Cênicas, e pela formação acadêmica em Serviço Social que se propõe, através de um projeto ético-político de profissão, a contribuir para a conformação de uma sociedade diferenciada, sem exploração e dominação de classe.

O trabalho está estruturado, em duas Seções:

Na primeira consta a conceituação da cultura e as dimensões que ela engloba no capitalismo, referenciando o conceito de *História-Cultura*, que a define como um direito humano fundamental, e o conceito de *Cultura Afirmativa*, formulado pelo filósofo alemão Herbert Marcuse, para delimitar o campo que a cultura ocupa na especificidade das relações burguesas. Na sequência levantamos a relação da cultura com a ideologia das classes no capitalismo e a função desempenhada pelos meios de comunicação de massa nesse sentido. E por fim, procuramos delimitar o campo da cultura na disputa por hegemonia, destacando o papel da sociedade civil, dos intelectuais orgânicos, e a possibilidade de uma revolução social se desenvolver via cultura, ou o que chamamos de *Revolução Cultural*.

Na segunda seção abordamos a questão da cultura no campo da política pública no Brasil. Em primeiro lugar realizamos uma contextualização de como a organização da cultura se deu em nosso país, desde a época colonial, e em segundo lugar tecemos um contexto da atual proposta de regulamentação para o setor no âmbito nacional. E, por fim, foram tecidas algumas considerações e perspectivas a este respeito, sempre na intenção de indissociar a primeira e a segunda seção.

2 – CONCEITUAÇÃO DA CULTURA E SUAS DIMENSÕES NO CAPITALISMO.

2.1. O Conceito História-Cultura e Cultura Afirmativa:

O termo “cultura” dependendo da abordagem conceitual a que é submetido pode conter significado diverso, e a maneira como o empregamos pode encerrar sentidos contraditórios. É necessário primeiramente, então, referenciar o prospecto que será abordado o tema da cultura neste trabalho.

Diversos autores trabalham este conceito, vamos privilegiar aqui aqueles que trazem a contribuição para o tema dentro da teoria social crítica, como Marilda Iamamoto, Carlos Nelson Coutinho e Marilena Chauí, o que implica fazer referência também aos clássicos (nos quais estes se fundamentam) como Karl Marx, Antonio Gramsci e Herbert Marcuse.

Chauí (1994) afirma que, a partir do século XVIII, teve início uma cisão e, posteriormente a oposição, entre as definições de *Cultura e Natureza*, pois anteriormente a este período, estas noções se complementavam. De acordo com a autora,

Cultura passou a significar [após o séc. XVIII], em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem numa civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a natureza, relações que se transformam e variam. Agora, Cultura torna-se sinônimo de **História**. A natureza é o reino da **repetição**; a Cultura, o da **transformação racional**; portanto, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo. (CHAUÍ, 1994, p. 293).

A Cultura além de significar, então, as próprias obras materiais que o ser humano cria – através do trabalho e da transformação da natureza – significa também o modo como os seres humanos tecem suas relações sociais, a maneira como se organizam coletivamente em um espaço e tempo determinados, e, por esta razão, para entendermos a cultura de uma civilização é necessário ter clareza de que esta não é estática, ao contrário,

está em constante movimento e transformação. Assim, a cultura está encadeada de maneira orgânica com a história.

A união entre Cultura e História foi evidenciada primeiramente pelo filósofo alemão Georg Hegel, e após, por Karl Marx. Para este, aquele cometeu um engano básico ao confundir História-Cultura como a manifestação do espírito. Chauí (1994) nos explica que, para Marx,

a História-Cultura é o modo como, em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente (pelo trabalho, pela organização econômica) sua existência e dão sentido a essa produção material. A História-Cultura não narra o movimento temporal do Espírito, mas as lutas reais dos seres humanos reais que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto é, produzem e reproduzem as **relações sociais**, pelas quais distinguem-se da Natureza e diferenciam-se uns dos outros em classes sociais antagônicas. (CHAUÍ, 1994, p. 293).

Desta forma, mais do que a maneira como se organizam material, econômica ou politicamente, a cultura se traduz e se expressa na **forma como os seres humanos atribuem sentido** a estes “contratos sociais”, e **à sua própria existência**. E revela também a maneira como são conformadas as identidades, tanto coletivas e sociais quanto individuais. Para a autora, a definição de Marx que cria este elo indissociável entre cultura e história é imprescindível para compreendermos a luta de classes nas sociedades, em especial capitalista.

[Para Marx] o movimento da História-Cultura é realizado pela luta de classes sociais para vencer formas de exploração econômica, opressão social, dominação política. Despotismo asiático, modo de produção antigo (Grécia, Roma), modo de produção feudal (Idade Média), capitalismo comercial ou mercantil, capitalismo industrial são as maneiras pelas quais surgem e se organizam as formações sociais, internamente divididas por lutas, cujo fim dependerá da capacidade de organização política e de consciência da última classe social explorada (o proletariado, produzido pelo capitalismo industrial) para eliminar a desigualdade e injustiça históricas. (CHAUÍ, 1994, p.293).

Desta forma, inferimos que a cultura exerce papel essencial e fundamental em qualquer e todas as sociedades humanas. No capitalismo, conforme referenciado, o

proletariado (formado pela classe trabalhadora) tem a responsabilidade de se articular conscientemente enquanto classe se quiser fazer frente à sua situação de explorado, como alvo subordinado das injustiças sociais. Porquanto, esta articulação e o vínculo de classe somente se dará de maneira orgânica se estiver intrinsecamente associado ao acesso à cultura, dado o caráter ideológico da dominação econômica e política.

Sabemos que há também a concepção antropológica atribuída à cultura, a qual reitera a **capacidade do ser humano de criar uma ordem existencial** que não é simplesmente a natural (física, biológica), mas a **simbólica**. Para Chauí (1994) estas concepções se complementam.

Em sentido antropológico, não falamos em Cultura, no singular, mas em **culturas**, no plural, pois a lei, os valores, as crenças, as práticas e instituições variam de formação social para formação social. Além disso, uma mesma sociedade, por ser temporal e histórica, passa por transformações culturais amplas e, sob esse aspecto, antropologia e história se completam, ainda que os ritmos temporais das várias sociedades não sejam os mesmos. (CHAUÍ, 1994, p.295).

A autora afirma, ademais, que este é um sentido histórico antropológico amplo, uma vez que há também um sentido restrito, com a conotação de “cultivo do espírito”, ou seja, a **cultura como criação de obras sensíveis e da imaginação (obras de arte), e de obras da inteligência e reflexão (obras de pensamento)** e que, é este último sentido que induz ao senso comum à identificação de ‘cultura e escola’ (educação formal) de um lado, e do outro a de ‘cultura e belas-artes’ (música, pintura, escultura, dança, literatura, teatro, cinema, etc.) (idem, 1994).

Se, porém, reunirmos o sentido amplo e o sentido restrito, compreenderemos que a Cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística.

A religião, a culinária, o vestuário, o mobiliário, as formas de habitação, os hábitos à mesa, as cerimônias, o modo de relacionar-se com os mais velhos e os mais jovens, com os animais e com a terra, os utensílios, as técnicas, as instituições sociais (como a família) e políticas (como o Estado), os costumes diante da morte, a guerra, o trabalho, as ciências, a filosofia, as artes, os jogos, as festas, os

tribunais, as relações amorosas, as diferenças sexuais e étnicas, tudo isso constitui a Cultura como invenção da relação com o Outro. (CHAUÍ, 1994, p.295).

O filósofo alemão Herbert Marcuse possui um amplo acervo sobre o tema da cultura relacionado à sociedade. O autor desenvolve uma definição a qual chama de **Cultura Afirmativa**. De acordo com Lima (2006), ao consultarmos o dicionário Marxista (1988), encontramos uma formulação de Marcuse (em um ensaio de 1937, reeditado em 1965 e 1968) em que o autor elabora o seguinte pensamento:

Por cultura afirmativa entendo **a cultura da época burguesa que levou, no curso de seu próprio desenvolvimento, à separação da civilização em relação ao mundo espiritual e moral, constituindo-o enquanto esfera de valores independentes, e considerada superior à civilização**. Sua característica mais importante é a afirmação de um mundo universalmente compulsório, eternamente melhor e cujo valor é sempre crescente, que deve ser afirmado incondicionalmente: um mundo real da luta cotidiana pela existência, mas que pode ser realizado por todo indivíduo para si mesmo “de dentro” sem qualquer transformação do real.

Há um conceito geral de cultura que [...] expressa a implicação ao espírito no processo histórico da sociedade. Ela significa a totalidade da vida social, num determinado momento, na medida em que ambas as áreas de reprodução das ideias (cultura no sentido restrito, o mundo do espiritual) e da reprodução material (civilização) formam uma unidade historicamente indistinguível e abrangente. (MARCUSE, 1988, p.95, *apud* LIMA, 2006, p.41, grifo nosso).

Esta formulação ratifica e amplia o conceito abordado por Chauí, reafirmando o elo entre cultura e história elaborado por Marx. O termo ‘Cultura Afirmativa’ foi elaborado pelo autor para delimitar o campo da cultura na especificidade das relações sociais burguesas, no âmbito do capitalismo de sua época. Segundo ele, o referido modelo de produção ocasionou uma *cisão* entre o considerado útil e necessário (como trabalho, mercadoria) do que se considera belo, sensível, ou desejável, campo da fantasia. Colocando estes últimos em um patamar superior, a cultura se tornou basicamente um **artigo de luxo**, o que se traduz, em realidade, como acessível apenas às elites, ou à “classe superior”. Desta forma, então, abandonou a possibilidade de seu vínculo histórico

como um direito humano essencial, e conseqüentemente, deixou se encaixar na categoria necessidade humana básica (assim como a saúde, moradia e outros), para ser metamorfoseada em mercadoria, cujo acesso se daria apenas àqueles que dispõem de recursos financeiros, ou seja, via mercado, e não Estado.

A separação entre o útil e necessário do belo e da fruição constitui o início de um desenvolvimento que, por um lado, abre a perspectiva para o materialismo da práxis burguesa, e, por outro lado, para o enquadramento da felicidade e do espírito num plano à parte da “cultura”. (MARCUSE, 1997, p. 90).

Desta forma, Marcuse defende que os homens acabam por subordinar a sua existência **a um fim em seu exterior**. O que, no capitalismo, obedece a uma ordem perversa de (re)produção das condições materiais de vida, sempre submetida a lógica de interesses sociais que são opostos entre si, e cuja manutenção desta existência geral simplesmente não coincide com a felicidade e a liberdade dos indivíduos.

A seguinte assertiva revela o que autor compreende como o “lugar da cultura” na sociedade burguesa:

Na medida em que a reprodução da vida material se completa sob o domínio da forma mercadoria, renovando continuamente a miséria da sociedade de classes, nessa medida o bom, belo e verdadeiro transcende esta vida. E quando sob esta forma se produz tudo o que é necessário à conservação e à garantia da vida material, o restante naturalmente é “supérfluo”. Tudo que é propriamente importante para os homens, as verdades supremas, os bens supremos e as felicidades supremas, são um “luxo”, distanciando-se por um abismo do sentido do que é necessário. (MARCUSE, 1997, p.91-2).

O filósofo continua seu pensamento afirmando que a “cultura afirmativa” é fundamentalmente idealista, responde às necessidades do indivíduo isolado, mas atribui a estas uma (falsa) característica humanitária universal. A burguesia coloca a cultura a serviço do controle das “massas insatisfeitas e da mera auto-exaltação legitimadora”. (MARCUSE, 1997:99). Porém – continua – o idealismo burguês não é somente uma ideologia, legitimadora da forma vigente de existência, mas expressa também uma situação verdadeira no momento em que também incorpora, em seu âmago, as dores e

mazelas sociais, e, juntamente com uma “falsa consolação” a cultura afirmativa reproduz, dentro do mesmo processo, uma insatisfação com o modelo de vida existente, aprofundando na sociedade um “anseio autêntico na raiz da vida burguesa”. E é neste momento que nos deparamos com uma verdade superior: a de que **este modelo de sociedade não pode ser modificado por meio de ações (seja políticas, econômicas ou artísticas), mas “unicamente mediante o seu desaparecimento”**(idem).

Desta forma, o autor defende a seguinte prerrogativa:

A cultura deve assumir a preocupação com a exigência de felicidade dos indivíduos. Mas os antagonismos sociais que a fundamentam admitem essa exigência na cultura somente enquanto interiorizada e racionalizada. Numa sociedade que se reproduz por meio da concorrência econômica, a simples exigência de uma existência feliz do todo já representa uma rebelião: remeter os homens à fruição da felicidade terrena significa certamente não remetê-los ao trabalho na produção, ao lucro, à autoridade daquelas forças econômicas que preservam a vida desse todo. (MARCUSE, 1997, p.100).

Com isso o autor declara que, **ao assumir o compromisso com a felicidade social, a cultura assume (em si) também um componente revolucionário**. Pois, além do dever de romper com esse modelo de ‘cultura afirmativa’ (disseminado pela burguesia capitalista), mergulhada em contradições, assume-se também o compromisso com um novo modelo de sociedade, necessariamente sem exploração de classes. Os antagonismos inerentes à ordem social e modo de produção capitalista não permitem a ‘verdadeira satisfação’ dos indivíduos. E para o autor, esta satisfação (que envolve o alcance à felicidade) simplesmente não pode ser enquadrada nesta dinâmica idealista que vivenciamos, a qual “reiteradamente adia a satisfação [dos indivíduos] ou desvia a mesma para aspirar o nunca alcançado”. Mas ao contrário disto, apenas no momento em que a cultura conseguir opor-se a este idealismo, ela conseguirá se manifestar como uma “exigência universal”, e expressará uma transformação efetiva das relações materiais de existência. (idem, 1997).

Antes de chegarmos ao campo da revolução cultural, e da disputa por hegemonia, é necessário tecermos algumas considerações sobre o papel da **ideologia**. Pois, para

compreendermos o papel da cultura em nossa sociedade é imprescindível compreendamos também o papel que esta última exerce no interior das relações capitalistas.

A reconhecida música do artista brasileiro Cazuza, oferece uma prévia do fato de que a ideologia se insere na conformação de identidades, constrói um “imaginário social” e, mais uma vez, reitera as contradições da sociedade burguesa:

Meu Partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)
Frequenta agora as festas do "Grand Monde"

Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver

Cazuza (IDEOLOGIA)

2.2. Cultura, Ideologia e Meios de Comunicação de Massa (Mídia):

É possível afirmar que propagamos no senso comum de nossa sociedade assertivas que reproduzem muitos preconceitos, e não conceitos, como se imagina. É muito presente, por exemplo, falarmos em pessoas “cultas” ou “incultas”, ou evidenciarmos como “acesso à cultura” o “acesso à escola”, em sua forma institucionalizada. Estas são assertivas inverídicas, pois, em sentido antropológico e histórico, **todos os seres humanos são cultos**, uma vez que são todos seres culturais, e, da mesma forma, em uma sociedade dividida em classes, **é a forma como se organiza a sociedade**, que se confere a alguns o direito (de produção e acesso às obras, bens e serviços culturais) e se nega a outros. O que acaba por reproduzir ou o “privilégio” ou a “exclusão”, invalidando a condição de *direito humano*. Portanto, a cultura é utilizada na sociedade estratificada como instrumento de discriminação social, econômica e política. (CHAUÍ, 1994).

As diferentes classes sociais produzem culturas diferentes e mesmo antagônicas. Por esse motivo é que as sociedades conhecem um fenômeno [...]: a **ideologia**. Esta é resultado da imposição da cultura dos dominantes à sociedade inteira, como se todas as classes e todos os grupos sociais pudessem e devessem ter a mesma Cultura, embora vivendo em condições sociais diferentes.

A ideologia é uma das maneiras pelas quais as sociedades históricas buscam oferecer a imagem de uma única Cultura e de uma única história, ocultando a divisão social interna. (CHAUÍ, 1994, p.296).

O debate no campo da ideologia é muito fecundo, e algumas considerações são indispensáveis a este trabalho. A autora pondera nesta assertiva que a classe dominante faz uso de formas ideológicas, como tentativa de homogeneizar o que é a cultura de uma minoria (onde se incluem valores, normas, fetiches), para toda a coletividade.

Em um outro livro de sua autoria, no qual a pensadora disserta sobre a imposição do *discurso competente* no seio de nossa sociedade, Chauí (2007) faz menção à ideologia elucidando-nos o seguinte: esta não pode ser considerada apenas como uma “representação imaginária do real” para servir ao exercício da dominação. Como também

não pode ser tomada como a “inversão do processo histórico” onde as *ideias* ocupariam o lugar dos *agentes* históricos reais. Segundo ela, a ideologia é uma **forma específica do imaginário social moderno**, que conforma **o modo pelo qual os “agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político”**. (CHAUÍ, 2007:15).

Para a autora, essa aparência (que não deve ser tomada como sinônimo de ‘ilusão’ ou ‘falsidade’ simplesmente), se constitui na maneira imediata (e abstrata) de como se manifesta o processo histórico. O que acaba por realizar o **ocultamento ou a dissimulação do real**. Nestas condições, a ideologia pode ser considerada (em essência) como um **“corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir”** (idem, 2007).

Em termos práticos – a autora continua – a ideologia deve obedecer a uma coerência e uma sistematicidade muito precisa, pois, no âmbito da sociedade, o discurso ideológico visa “coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser”. E, ainda, **pretende engendrar uma “lógica da identificação”** para unificar os pensamentos, a linguagem e a realidade. Obtém-se por esta via, então, **uma identidade dos sujeitos sociais com uma “imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante”**. (ibidem, 2007).

Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, **a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado**.

[...] por definição, na ideologia as ideias estão sempre “fora do lugar”, uma vez que são tomadas como determinantes do processo histórico quando, na verdade, são determinadas por ele. (CHAUÍ, 2007, p.15, grifo nosso).

A autora faz, ainda, uma ressalva quando explica que, por “fora do lugar” devemos compreender a delimitação do ‘espaço social e político’ de uma determinada sociedade, já que, para ela, “as ideias é que deveriam estar nos sujeitos”, no entanto, no

campo da ideologia, são “os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas ideias”. (idem, 2007:16).

Na proposição acima, a autora confirma o papel decisivo da ideologia na conformação da identidade dos sujeitos sociais. Com a intenção sempre de universalizar os valores que são particulares a uma classe social, realizar a manutenção do *status quo* e da hegemonia vigente, a ideologia jamais explicará a realidade social concreta (na forma como ela se dá em verdade), justamente porque sua função é oposta a esta perspectiva. A ideologia se alimenta, então, daqueles conceitos ausentes (ocultos ou dissimulados) para obscurecer as contradições inerentes ao capital, ao mundo do trabalho, e a tudo que envolve as relações sociais e os valores coletivos – onde se inclui a cultura geral, que acaba sendo desenhada de forma manipulada, e construindo uma identidade generalizada para todos os sujeitos, mas explicando realidades completamente diferentes, por vezes, antagônicas.

Complementando a ideia trazida por Chauí, Iamamoto (2001) aborda o tema da ideologia mais profundamente. A autora faz a ponte com o campo da cultura, no seio do capitalismo moderno, baseando-se nos pensamentos de Gramsci, e nas referências de Coutinho (1989). De acordo com ela,

Para Gramsci a *ideologia* é um tipo de conhecimento próprio da práxis interativa, a qual não mobiliza apenas *conhecimentos*, mas um conjunto de *normas e valores* para dirigir a ação aos fins pretendidos. Envolve a capacidade de convencimento, de influir no comportamento dos demais, mesmo que seja necessária, como último recurso, a coerção, tendo em vista a constituição de um *sujeito coletivo*: atores que partilhem um conjunto de noções, valores e crenças subjetivas igualmente comuns ou que sejam movidos por uma *vontade coletiva* (COUTINHO, 1989:67, *apud* IAMAMOTO, 2001:88, grifos da autora).

Podemos inferir que nesta acepção a ideologia se configura como uma determinada “concepção de mundo”, e está necessariamente articulada a uma ética específica (relativa a tal concepção). Assim, a ideologia *ultrapassa* o conhecimento, estando ligada a uma *ação*, pois, tem a pretensão de influir no comportamento dos homens. É, assim, “uma força real que altera e modifica a vida humana”, mesmo quando

não corresponda adequadamente à “reprodução objetiva da realidade, abrangendo o folclore, o senso comum e a filosofia da práxis”. (IAMAMOTO, 2001, p.88).

[A ideologia] é um componente fundamental na luta pela *hegemonia*, que requer *a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores*, pressuposto para uma ação voltada para resultados objetivos no plano social. (IAMAMOTO, 2001, p. 89, grifos da autora).

Esta colocação nos esclarece também que a ideologia é voltada a toda uma sociedade. Ora, se a cultura é definida, entre outras, na forma com que os humanos socialmente organizados estabelecem suas relações com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a natureza, temos de assumir que a ideologia exerce, então, papel central na conformação cultural (conforme levantado) e, em especial, no âmbito da disputa hegemônica, já que, o alcance desta última requer coerência e organicidade entre os sujeitos e ações, que é decisivo.

Na atual fase do capitalismo, a classe dominante aparenta exercer muito bem o seu papel ideológico. O mais preciso exemplo se encontra na transformação das relações de trabalho em um campo nebuloso – que ora aparenta se conformar em um direito social e exercício de cidadania, (quando na concessão de vínculos empregatícios e dos benefícios sociais, por exemplo), e ora recai sobre os ombros do trabalhador a culpabilidade por sua situação de exclusão ao mercado de trabalho formal, ou por sua inserção na informalidade – a qual é criminalizada de maneira perversa.

Considerando que essa “massificação cultural” intencionada e viabilizada pela ideologia dominante é, principalmente, veiculada nos espaços de divulgação da mídia (ou meios de comunicação de massa) – que pode ser impressa, televisiva, em redes de acesso, e outras – cabem aqui algumas considerações com relação à utilização destes recursos. Especialmente quando consideramos o fato de que vivemos numa época chamada de “Era da Informação”, em que a tecnologia das comunicações está bastante aperfeiçoada (Rizzotto, 2009). De acordo com esta autora,

A “Era da Informação” é entendida como “um processo de transformação multidimensional que é ao mesmo tempo incluyente e excluyente em função dos valores e interesses dominantes em cada processo, em cada país e em cada organização social”. (CASTELLS, 2006:225). [...] apesar do avanço tecnológico, a propriedade dos meios de comunicação se concentra cada vez mais em um número menor de mãos, sendo controlados pelos poucos que têm o poder de se dirigir aos cidadãos. (RIZZOTTO, 2009, p. 53).

Ou seja, obviamente que a concentração dos meios de comunicação em poder da classe dominante, estará a favor de todo o processo de dominação ideológica também. Para a autora, pertencemos a um período histórico e social que pode ser definido como extremamente “desigual economicamente”, por um lado e, completamente “igualador” com relação às ideias que nos são impostas, por outro lado. Pelo fato de os meios de comunicação estarem a serviço dos valores neoliberais, estes nos “concedem, no máximo, o direito de escolher entre coisas idênticas” (GALEANO, 2006, p.149 *apud* RIZZOTTO, 2009, p.53).

A autora prossegue seu raciocínio afirmando que os meios de comunicação em massa podem ser entendidos como veículos mecânicos de produção e distribuição de mensagens culturais, e que são as ‘forças maiores’ (das quais estão a serviço), é que geram as demandas a serem veiculadas, a publicidade, e modela as condutas e as consciências, sempre em consonância com as determinações da economia de mercado. (SODRÉ, 1994, p.123 *apud* RIZZOTO, 2009, p.54).

Através de seus estudos, a autora pôde identificar que estes meios de comunicação desempenham basicamente três funções. Quais sejam: a de informar, ou “transmitir elementos para o conhecimento do indivíduo ou da massa”; a de persuadir, ou “fornecer argumentos capazes de modificar a opinião e a conduta de pessoas e grupos”; e, por último, a de divertir, ou “proporcionar recursos de entretenimento ao homem, para subtraí-lo das pressões do meio e do cotidiano”. (BELTRÃO, QUIRINO, 1986, p.140 *apud* RIZZOTTO, 2009, p.54). A forma como a cultura, ou os valores culturais, são veiculados, então, se encontram inerentes a este processo, mergulhados e subordinados às intenções da ideologia dominante.

No caso da América Latina nos deparamos ainda com mais um elemento crucial no campo da comunicação: a questão do imperialismo cultural norte-americano. Rizzotto (2009) afirma que, durante os anos 80, quando a população estava em processo de ‘redemocratização’ no continente, nos deparávamos com um momento em que os meios de comunicação deveriam ter se tornados instrumentos das diferentes classes, para expressar múltiplos pontos de vista e opiniões, e exercer a tão almejada “liberdade de imprensa”. Mas ao contrário disso, o que ocorreu foi que estes meios passaram a ser controlados por empresas estrangeiras, facilitando a dominação dos países latino-americanos por um centro econômico internacional. (SODRÉ, 1989, p.27 *apud* RIZZOTTO, 2009, p.57-8).

A dominação *cultural* exercida pelos Estados Unidos em nosso continente (especialmente a partir do século XX) é, por assim dizer, um fenômeno vital para garantir a dominação econômica e a hegemonia política exercida por eles. Mesmo a *latino-américa* tendo deixado de ser colônia há mais de século, somos ainda hoje submetidos à dominação norte-americana a tal ponto que essa relação de subordinação é identificada como ‘neocolonialismo’. (RIZZOTTO, 2009, p. 59).

Quanto ao monopólio da informação em si, sabemos que este é exercido tanto por parte dos governos como pelos interesses privados. Fato que favorece largamente a manipulação das mensagens transmitidas (sempre em consonância com interesses setoriais) e o uso arbitrário dos meios de comunicação. (idem, 2009).

A programação [dos meios de comunicação de massa], em grande parte estrangeira, produz uma **transculturização não participativa e destruidora dos valores autóctones**; o sistema publicitário e o uso abusivo do esporte, enquanto fator de escapismo, os transformam em fontes de alienação; **seu impacto massivo e compulsivo leva à atomização e desintegração da comunidade (...)**. Os meios de comunicação social converteram-se em veículo de propaganda do materialismo reinante, pragmático e consumista, criando em nosso povo falsas expectativas, necessidades fictícias, graves frustrações e um afã competitivo malsão. (BELTRÁN, CARDONA, 1982, p. 15 *apud* RIZZOTO, 2009, p.59, grifo nosso).

Nesta assertiva fica claro que são os valores disseminados pela mídia que intentam formar a opinião da massa, e não o oposto. Dentro deste processo, a população

se vê ao seu inverso, pois creem que são seus próprios valores e opiniões é que estão sendo ali expressos. Situação que forma o que se chama de *transculturação*, ou seja, a transformação de nossa cultura própria em uma outra diferenciada, modificada através da influência dos elementos desta outra cultura (no caso, a norte-americana). O mais grave é que esta processualidade é construída “pelo alto”, ou seja, *imposta* de maneira imperativa, sem qualquer participação dos sujeitos. O que, segundo a autora, acaba por destruir os valores oriundos de nossa própria cultura. E como isso se dá em larga escala, de maneira massiva, os sujeitos acabam por se tornar “produtos” dessa mistura desigual entre culturas. Fragmentados e desarticulados, se vêm alienados a este processo, ao mesmo tempo em que pertencem a ele – isso sem qualquer poder de escolha.

A autora nos esclarece, ainda, que o termo “dominação cultural” denota mais precisamente um ‘processo de influência social verificável’, por meio do qual uma nação impõe a outras um conjunto de valores, crenças, conhecimentos, e normas de comportamento, assim como o é no seu estilo geral de vida. É o oposto do que se compreende por “fluxo bidirecional”, diante do qual, o processo de comunicação social seria caracterizado por um “intercâmbio equilibrado de mensagens entre as partes interessadas”. (BELTRÁN, CARDONA, 1982, p.18-9 *apud* RIZZOTO, 2009, p.61).

Ainda dentro deste debate, temos outros autores que trazem relevantes contribuições. Sales (2009) realiza um prospecto referente a influência destes meios de comunicação de massa no século XXI. Para ela, o espaço da mídia (ou multimídia) será palco de grandes transformações, e irá fundar *formas de organizações* próprias, já que serão capazes de interferir e influenciar na autoimagem da sociedade, ou seja, no imaginário e nas representações que a sociedade possui sobre si mesma, corroborando o afirmado acima. A autora declara que este é um processo socio histórico que foi inaugurado pelo livro¹ e seguramente será ampliado pelo desenvolvimento da imprensa.

¹ “A história do *livro*, ato de fala impresso, é milenar, pois acompanha o desenvolvimento da *escrita* – nas civilizações antigas e depois da Idade Média –, e também o das *técnicas* e da história das *ideias*. O livro impresso, porém, é contemporâneo do advento da imprensa, com Gutenberg, e se expande a passos largos entre os séculos XVII e XIX”. (SALES, 2009, p.34).

Quando as notícias começaram, no século XX, a ser transmitidas a partir da articulação inédita entre texto, som e imagem² – graças ao cinema³ e depois à televisão –, o impacto em termos dos processos socioculturais daí decorrente foi, dentre outros, decisivo para os contornos assumidos pela sociedade moderna, configurando uma de suas características em um de seus motores principais. (SALES, 2009, p. 35).

É a partir do século XX então, através da evolução tecnológica neste setor, que podemos verificar o processo de massificação cultural (via mídia) na América Latina. E é no século XXI que este processo se intensifica e gera uma mudança no paradigma comunicacional das sociedades.

Neste sentido, se constata que o processo produtivo capitalista nunca esteve tão dependente desta aliança entre tecnologia e informação. Ocorre uma certa ‘desmaterialização’ dos bens simbólicos como o livro, o jornal e a carta, para dar lugar a uma subsequente ‘virtualização’ da realidade, onde “a informação assumiu a dianteira na rotação vertiginosa do capitalismo global”, tornando-se uma fonte indispensável na organização da hegemonia do capital, “uma espécie de mais-valia decisória” (MORAES, 2006, p.6 *apud* SALES, 2009, p.36). De acordo com a autora, acontece, então, que o fetiche da relação entre ‘dinheiro e mercadoria’ – o qual Marx decifrou a partir da relação entre “a exploração do trabalho e a produção do valor” (em *O Capital*) – é intensificado em nossa época, mas com a tendência de elevar o processo de alienação dos sujeitos. “No reino das aparências da reificada sociedade de consumo, tudo tende a assumir, portanto, um caráter supérfluo e descartável” (SALES, 2009, p.36). O que torna impossível não pensarmos o impacto que é ocasionado na conformação das subjetividades (que pode englobar, dentre outros, esta construção de identidades e a (re)produção cultural) na contemporaneidade. Neste contexto, já identificamos que a interação entre as diferentes classes e grupos existentes atua com a intenção de conformar “consciências coletivas”.

² “Primeiro, com o suporte do cinema via transmissão de uma pequena seção de “Atualidades” antes dos filmes, e em escala intensiva e extensiva, com o advento da televisão na década de 50.” (SALES, 2009, p.35).

³ “A história do cinema mudo se encerra em 1927, com o lançamento do americano *Le chanteur de Jazz* (de Alan Crosland), considerando o filme de estreia do cinema falado. (SALES, 2009, p.35).”

Sales (2009) segue ainda seu debate contextualizando que, no interior da corrente crítica, sustentada especialmente pelos pensadores da Escola de Frankfurt⁴, há algumas polêmicas. Dentre elas, a questão da possível “massificação” dos sujeitos, ocasionada pela suposta perda de criticidade e qualidade de conteúdo, unidos aos riscos e tendências implícitas ao “consumo midiático moderno” como o do isolamento social, onde os indivíduos abandonam ‘os cafés’ e a esfera pública para se refugiar em casa, esperando que o mundo venha virtualmente ao seu encontro, via televisão e computador.

Este processo significaria que o contato com o real (ou seja, com o que se sabe do mundo e da verdade dos fatos) se daria, a partir de então, praticamente todo de forma mediada pela mídia (ou via “mediação midiática⁵”). Onde o conhecimento e a informação, e até mesmo o espaço da ficção e da fantasia, que antes eram propiciados pela leitura através de descobertas pessoais, agora seriam “pensados, produzidos e criados por outrem”. De acordo com essa visão, produtos culturais de consumo fácil tolheriam a capacidade de imaginação dos indivíduos, por não deixarem lugar “nem para a reflexão e nem para o sonho, enquanto constitutivos da subjetividade e da autonomia intelectual do sujeito” (SALES, 2009, p.40).

De acordo com Sales e Ruiz (2009), há pensadores atuais que incorporaram parte deste debate, mas não o analisam de forma “fatalista”. Embora compreendam que parte do processo (e dependendo da forma como se utiliza os meios de comunicação), ocasiona a atomização dos indivíduos, acreditam que, o curso midiático pode ser configurado como uma estratégia interessante para contribuir,

⁴ “Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse estão entre os intelectuais que fizeram a história da Escola de Frankfurt na primeira metade do século XX. Ensejaram uma renovação temática do marxismo, mais conhecida como *teoria crítica*, com estudos e produções acerca da psicanálise, da arte e da comunicação. Alguns dos conceitos por eles criados e mais difundidos ao longo do século XX foram o de *indústria cultural* (Adorno e Horkheimer) e o de “*perda da aura*”, referida à obra de arte na idade da reproductibilidade técnica (Benjamin). Todos criticaram e empreenderam balanços quanto à *cultura de massa*, com seus traços fascizantes, populistas e popularescos; mas se diferenciam quanto às expectativas em relação ao futuro das *novas técnicas*. Jurgen Habermas pertence à segunda geração desta escola do pensamento neomarxista alemão.” (SALES, 2009, p.39).

⁵ “Trata-se de uma boa caracterização empreendida por Mace (2006), a qual visa sinalizar que os *media* [a mídia], a partir da estrutura socioinstitucional, tecnológica e econômica das *indústrias culturais*, desenvolvem, no desempenho das suas funções, *formas culturais* que constituirão modalidades distintas de *mediações midiáticas*, a encarnar todo um nicho de poderes afins.” (*idem*, p.40).

justamente para a ruptura da fragmentação e do isolamento, por meio do engendramento de uma resistência nacional e também internacional, via *redes de comunicação descentralizadas e projetos de comunicação alternativa*. (SALES E RUIZ, 2009, p. 29).

Afirma-se, nesse sentido, que um excesso de fé na mídia é tão nocivo quanto a sua subestimação política. Que, ao invés de negá-los, devemos contribuir para que estes espaços se constituam enquanto engrenagens de multiplicação e visibilidade da “palavra democrática na arena pública”, fomentando a participação ativa aliada à postura e atitude crítica. Especialmente quando diagnosticamos que, no formato atual dos meios de comunicação, os sujeitos “parecem não ter rosto nem nome e tampouco existir”. Sendo necessariamente indispensável, para tanto, a descentralização destas redes de comunicação (sua consequente democratização), e a materialização de projetos alternativos no setor que assegurem “a resignificação das palavras e a reapropriação da linguagem numa perspectiva emancipatória”. (SALES E RUIZ, 2009, p.28-9).

[...] Ambicionamos a criatividade, o humor, o lúdico, e o poético como forma de resistência cultural e comunicativa, e utopia radical capaz de redesenhar o futuro, com base na convicção de que as posturas políticas são também culturais. (SALES E RUIZ, 2009, p.29).

Não se descarta, então, o fato de que há o efeito potencialmente nocivo, frutos da dominação ideológica dos meios de comunicação de massa, e da forma problemática como se propaga o conhecimento, as informações, a ficção, a fantasia, que aliena e torna os sujeitos reificados em sua existência. Mas ao contrário, considera-se todos estes aspectos, e cria-se a intenção de utilizar o potencial positivo, e irretroativo, do avanço tecnológico (e multimidiático), como vetor estratégico para a viabilização dos direitos culturais. Elabora-se o pleito do *direito à informação*, mas com o compromisso ético da comunicação educativa e cultural (de forma “objetiva, oportuna e suficiente”), e da liberdade de pensamento e de expressão (idem, 2009).

“As fronteiras foram riscadas no mapa,
A Terra não sabe disso: são para ela tão inexistentes

Como esses meridianos com que os velhos sábios
 a recortaram como se fosse um melão.
 É verdade que vem sentindo há muito uns pruridos
 Uma leve comichão que às vezes se agravara:
 Ela não sabe que são os homens com suas guerras
 E os outros meios de comunicação”

Mário Quintana (TERRA)

2.3. Cultura, Hegemonia e Revolução (ou revolução cultural).

Frente a todo este debate que está sendo levantado, há uma questão absolutamente verídica: ainda que a classe dominante engendre maquiavelicamente uma “cultura de massa”, com um caráter homogeneizador e atomizante dos indivíduos, a dinâmica da cultura humana, em si, se manifesta também de forma independente a qualquer ideologia. Ou seja, mesmo na sociedade de classes, a cultura acaba sendo também produzida e reproduzida de maneira autônoma ao sistema, ou até mesmo como uma forma de protesto a este. Ela brota no seio das comunidades, e, ainda que certamente seja influenciada pelo todo, a cultura (além de envolver um campo muito abrangente) é fruto de sujeitos sociais racionais e criativos.

É o tratamento do trabalhador como “sujeito criativo vivo” que torna possível salientar o *papel da luta de classes* na modificação e nos rumos imprimidos ao processo de trabalho, reconhecendo nos trabalhadores a condição de autores de sua própria história, que resistem às dilapidações do capital. (IAMAMOTO, 2001, p.86).

Não devemos, portanto, considerar que os indivíduos na sociedade permanecem passivos à dominação, incorporam e reproduzem tudo o que lhes é incutido como uma “massa não-pensante”. Mas o oposto disto, desde sempre o ser humano cria múltiplas formas de resistência, conscientes ou não, e que se expressam no seio da política, da

economia, do mundo do trabalho, frente à questão social, na dinâmica familiar, ou nas mesas de bares e momentos de lazer, por exemplo.

Coutinho (1990) nos esclarece que

Só é possível entender plenamente os fenômenos artísticos e ideológicos quando estes aparecem relacionados dialeticamente com a totalidade social da qual são, simultaneamente, expressões e momentos constitutivos. Enquanto marxistas, Lukács e Gramsci nos ensinam a ver nas formas e nas ideias algo mais do que as leis da escrita ou da coerência do discurso: formas e ideias são também expressão condensada de constelações sociais, meios privilegiados de reproduzir espiritualmente as contradições reais e, ao mesmo tempo, de propor um modo novo de enfrentá-las e superá-las. (COUTINHO, 1990, p.9).

Desta forma, o autor vem elucidar que não podemos descolar as manifestações e expressões artísticas e culturais (formas e ideias) do meio social em que se inserem. Para compreendê-las, enquanto fenômenos sociais que são, é necessário perceber a relação dialética da qual fazem parte. Ao mesmo tempo em que a arte e cultura são representações da “percepção de mundo” e da totalidade social dos sujeitos (imbuídos da ideologia ou não) são também momentos que as constituem. Reúnem em si um campo de reflexão sobre a realidade – ao passo que são espaços privilegiados para torná-las manifestas – e, simultaneamente, fazem parte, compõem, desenhando esta mesma realidade.

Coutinho (1990) considera ainda que, o *problema central* da cultura brasileira é a “escassa densidade nacional-popular” de seus produtos. Segundo o autor, tal problema resulta dos processos de transformação políticas ‘pelo alto’ (“via prussiana”, “revolução passiva”) que marcaram a história de nosso país, onde sempre foram articulados meios de dificultar (quando não impedir) a “participação popular criadora nas várias esferas do nosso ser social”. (COUTINHO, 1990, p.10).

A principal consequência dessa constelação sócio-histórica no plano da vida cultural brasileira foi a preponderância de uma cultura “ornamental”, elitista, que se revelou incapaz de construir uma efetiva consciência crítica nacional-popular entre nós. Essa preponderância, contudo, jamais significou monopólio. [...] figuras se colocaram contra a corrente dominante, empenhando-se por revelar em suas obras as

graves distorções humanas e sociais geradas em nosso país pela “via prussiana”. (idem, 1990).

O autor reitera nessa proposição que, embora a cultura tenha sido transfigurada em “ornamento” e direcionada às elites, desde muito em nossa sociedade, muitos sujeitos sociais criaram meios de denunciar este fato, em especial artistas e trabalhadores da cultura em geral (como escritores, compositores), pois, boa parte faz uso deste espaço privilegiado de manifestação espiritual para engajar posições políticas. E muito embora o ostensivo processo de dominação político-ideológica não permita a disseminação de uma efetiva consciência nacional-popular de nossa cultura, ao realizarem este processo, afirma o autor, está-se criando um terreno fértil para o “florescimento de uma arte e de uma consciência social alternativas”. Para ele, a emergência de novas condições sociais pode ser capaz de “elear essa cultura crítica alternativa à condição de cultura hegemônica”, e reforça a importância de sublinhar que isso nada tem a ver com uma cultura “única” ou “oficial”. (ibidem, 1990).

Iamamoto (2001) também nos traz importantes contribuições sobre este assunto. Segundo ela, a cultura pode ser tanto campo de expressão da alienação quanto da rebeldia, e comporta um universo simbólico na organização da vida cotidiana dos sujeitos. Fato que traduz a dimensão essencial que esta ocupa no processo de conformação da sociabilidade.

A cultura, sendo parte e expressão das forças políticas em disputa pela hegemonia no seio da sociedade nacional, em conjunturas históricas determinadas, contém elementos simultaneamente reprodutores e questionadores da ordem (SARTRIANI, 1986, *apud* IAMAMOTO, 2001, p.86).

Com isso, inferimos que a cultura da coletividade se constitui, por vezes, em componente ideológico funcional ao sistema, garantindo a manutenção da hegemonia vigente, mas também constitui subsídio contrário, que alimenta a disputa por esta. A autora nos explica ainda que, ao consideramos a cultura como parte do processo social

global, as relações de poder e de classe são transportadas para o centro do debate da questão cultural.

Sobre este aspecto, Iamamoto (2001) complementa que Chauí (1986) nos traz a noção de “cultura popular” como

“expressão dos dominados, buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente pelo dominados”. (CHAUÍ, 1986, p.24 *apud* IAMAMOTO, 2001, p.88).

Este termo foi trazido pela autora para explicar que a cultura contém uma dinâmica própria quando nas relações sociais da classe subalternizada no capitalismo. Tal noção não é isenta de polêmicas, na medida em que hierarquiza a produção cultural pela condição de classe, instituindo-a como manifestação mais simplória, ou não-erudita. Se não admitimos esta segmentação, devemos, porém, sublinhar que também e sobretudo a cultura insere-se no âmbito dos antagonismos de classe e são suas expressões simbólicas que conferem aos projetos político-ideológicos o caráter de rebeldia ou de resignação.

Iamamoto (2001) vem nos explicar, então, que ‘a totalidade da vida destes sujeitos’ contida nesta expressão, não é antagônica à dominante, mas divergente. Trata-se de um conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem uma lógica própria, mas encontram-se dispersas entre si. A autora fala de um “jogo interno de conformismo, de inconformismo e de resistência”. De acordo com ela,

o fio que perpassa a cultura popular é a *ambiguidade*, porquanto tecida de ignorância e saber, de atraso e desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar (Chauí, 1986:124). Ambiguidade que não pode ser confundida com “defeito” ou “incoerência”, manifestando-se sob *forma da consciência trágica*: a que opera com paradoxos, tecida de saber e não-saber simultâneos, marca profunda da dominação.

O sentido da consciência trágica não é o do embate com um destino inelutável, mas é dado pela tragédia grega: aquela *que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser, mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído*. Diz sim e não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa como a força da lei, do uso e do costume e que parece, por seu peso, ter

a força de um destino”.(idem:177). (IAMAMOTO, 2001, p.88, grifos da autora).

Esse pensamento nos coloca frente a questão de como a cultura é compreendida e representada pelas classes sociais dominadas (ou subalternizadas) de nossa sociedade. Como referimos, ainda que a ideologia dominante se valha de diversificadas estratégias para a disseminação de seus valores e sua ética própria, jamais podemos identificar o trabalhador como um mero brinquedo, ou um “boneco de marionetes” guiado por esta. A análise que Iamamoto nos traz, reforça a tese de que, ainda que de forma ambígua, e às vezes paradoxal, os sujeitos sociais desenvolvem formas de resistência, além de estratégias de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que reproduzem o conformismo e a manutenção da ordem vigente, cria formas de negá-las, engendra planos de protesto e confrontos de oposição, ora munidos pelo saber, ora pela ignorância. Entretanto, de acordo com a autora, “as malhas do instituído” têm um peso tão grande sobre as condições concretas de vida, que os sujeitos fragmentados em suas posições não chegam a construir uma nova ordem de existência.

Para ilustrar esta questão, nos serviremos de um exemplo: os trabalhadores podem compreender que, em algum nível há a exploração de seu trabalho, ou que há fatores para além de sua compreensão que provocam a situação do desemprego em massa, e/ou também que a violência e a drogadição entre os jovens tem uma causa superior à da simples “indolência” destes, ou até da ausência e precarização das escolas. Todavia, no espaço concreto de seu cotidiano social, e diante da realidade com que se deparam, reproduzem a responsabilização e a culpabilização individual, remetendo à esfera da moral os problemas de conduta e as dificuldades do mundo do trabalho e da vida familiar.

Iamamoto (2001) ressalta ainda que, este processo não é constituído por uma incoerência dos sujeitos ou por defeitos individuais, mas são as respostas-produto de um outro processo maior, de nível estrutural: o da massificação da cultura, do obscurecimento proposital dos antagonismos de classe, das formas criadas para “acalantar” os vínculos formados, ou até a anulação total daqueles que poderiam vir a se constituir. Ou seja, os sujeitos até compreendem a situação real, e muitas vezes até a ideal, mas de forma parcial e fragmentada. E, como o referido, de tão aprisionados que se

encontram no que está posto, na ordem instituída⁶, não chegam a conformar uma nova forma de sociabilidade, um novo paradigma de existência.

O importante aqui, entretanto, é compreender que há nos sujeitos coletivos o embrião do inconformismo, a “intuição” de algo está incorreto e injusto na sociedade e que pode ser transformado, mesmo sem se saber como.

E o que Chauí chama de “cultura popular” pode exercer papel fundamental na organização da classe subalterna, pois, além de corroborar o fato de que os seres humanos são dotados de pensamento crítico e analisam as situações ao seu redor (são sujeitos *cultos*), pode ser encontrada aí a chave para a efetivação de uma real disputa pela hegemonia cultural e política. Este pensamento vem ao encontro das referidas considerações de Coutinho (1990), quando o autor se refere à transmutação da “cultura alternativa”, criada como meio de protesto e resistência às espoliações do capital, em cultura hegemônica.

Elevar a coerência e atribuir organicidade (através da composição dialética entre teoria e prática) para valores culturais que fazem parte de um mesmo processo, mas se encontram espalhados no “senso comum” social, é estratégia para organizar uma “lógica da identificação”, entretanto, em sentido inverso ao da ideologia dominante, fortalecendo, assim, potenciais (e já formados) vínculos de classe.

Dando continuidade ao seu pensamento e considerando os legados de Gramsci sobre o tema, Yamamoto (2001) afirma que há um “núcleo sadio” no senso comum chamado de *bom senso*, que, para ela, deve ser desenvolvido na direção do “estímulo à reflexão” sobre a possível ultrapassagem daquele vínculo de subordinação, sendo este um caminho que conduz à criação de uma *nova cultura*.

De acordo com a autora, esta nova cultura deve, necessariamente, superar e articular os pensamentos que se encontram desagregados entre si, e que se manifestam de maneira ocasional, assim como se livrar de todos aqueles elementos (contidos nestes) que foram “impostos mecanicamente” por uma ordem exterior (neste sentido, refere-se

⁶ Neste setor (que conforma o que se chama de *status quo*) cabe ressaltar que, protagonizam este processo não só a mídia e as classes dominantes, mas o próprio Estado e suas políticas, incluindo até mesmo a política de Assistência Social, por exemplo, que, muitas vezes, acaba por reiterar a condição de subalternidade do sujeito usuário.

especialmente ao imperialismo cultural norte-americano). A intenção é permitir que as classes subalternas elaborem sua própria concepção de mundo de maneira consciente e crítica, e que participem como “guias de si mesmas” no desenvolvimento de sua própria história. (IAMAMOTO, 2001, p.91).

A autora defende ainda que, para que esse processo cultural seja construído, edificando a independência e a autoconsciência das classes, é imprescindível a sua “difusão: que as descobertas sejam socializadas, *transformando-se em bases de ações vitais* (GRAMSCI, 1981:13, nota 4 *apud* IAMAMOTO, 2001, p.91, grifos da autora). E desta forma, para que este processo desdobre-se em um **movimento cultural** orgânico, que tem por premissa teórica “a conservação da unidade ideológica de todo o bloco social, unificado e cimentado por aquela ideologia”. (GRAMSCI: 1981:20-21 *apud* IAMAMOTO, 2001, p.91)

Ideologia no sentido *de concepção de mundo*, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. A criação de uma nova cultura implica, assim, a elaboração de um pensamento superior ao senso comum, coerente, com bases científicas sólidas, que, permanecendo em contato com os “simples”, encontra aí a *fonte dos problemas a serem pesquisados e resolvidos*⁷. Este vínculo permanente com a prática é o segredo da possibilidade de sua difusão nos rumos da criação de um senso comum renovado. (IAMAMOTO, 2001, p.91, grifos da autora).

Conclui-se, então, que é justamente através do senso comum de nossa sociedade, e a partir da ultrapassagem deste no contato com o pensamento científico, que se encontra o germen da revolução cultural, capaz de transformar nossa sociedade em uma outra diferenciada – e, por assim dizer, mais justa. A racionalidade científica, que interpreta criticamente a realidade social, deve estar necessariamente em contato direto com esta, estabelecendo uma relação dialética. O vínculo entre prática (campo da realidade) e teorização (espaço da interpretação), deve ser permanente e indissociável. Um deve ser a fonte de alimentação do outro, e juntos serem difundidos, constituindo um “senso comum

⁷ “Só através desse contato que uma filosofia se torna histórica, depura-se dos elementos intelectuais de natureza individual e transforma-se em vida”.(GRAMSCI, 1981 *apud* IAMAMOTO, 2001, p.91).

renovado”, e, assim, as bases e o solo fértil para o nascimento de uma nova forma sociabilidade.

A autora define essa nova cultura como a “filosofia da práxis”. De acordo com ela, é necessário acumular também uma herança intelectual, para tornar possível a superação desse “modo de pensar precedente”. Para se inovar criticamente uma atividade que já existe, é condição a criação de “uma elite de intelectuais, isto é, de especialistas, dirigentes e organizadores, organicamente vinculada às massas”.(IAMAMOTO, 2001, p.91).

Na formação desses intelectuais o *partido* – como intelectual coletivo – tem um papel decisivo: o de elaborar e tornar coerentes os problemas colocados pelas massas na sua atividade prática, de modo que os intelectuais e a massa constituam um só bloco social e cultural, confrontando-se com as forças dominantes em luta pela hegemonia, pela direção política da sociedade. (idem, 2001:91).

Ou seja, a inserção no Estado e nos demais espaços públicos é, neste caso, fundamental, e dá-se via Partido Político. O qual deve ser composto justamente por estes intelectuais organicamente vinculados e comprometidos com as massas, para elucidar e projetar objetivos frente às reais demandas e necessidades destas, e para, no próximo momento, transformar efetivamente o modelo de sociedade capitalista.

Simionatto (2004), em seus estudos (também) sobre Gramsci, complementa essa ideia de revolução via cultura. A autora nos esclarece que a concepção de hegemonia remete necessariamente à compreensão das relações entre infra-estrutura e superestrutura⁸ e, também, à forma como, no interior do “bloco histórico”⁹, as classes sociais se relacionam. Para a autora, ao falar em hegemonia é necessário falar também em

⁸ Para melhor detalhamento do assunto, consultar Marx, no Prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”.

⁹ “O conceito ‘bloco histórico’(ou bloco social e cultural) tem sua origem em Georges Sorel, teórico francês do sindicalismo revolucionário. Gramsci parte dele, mas amplia esta visão, utilizando-a em sentido conjuntural, isto é, bloco histórico tem para ele a noção da articulação entre infra-estrutura e superestrutura, ou de formação social no sentido marxiano. Nas notas sobre questão meridional, Gramsci emprega essa categoria para indicar as alianças de classe e se refere especialmente ao bloco industrial-agrário. Nos *Cadernos do Cárcere*, ele inclui no conceito de bloco histórico os componentes que Sorel excluiu, ou seja, os intelectuais, o partido, o Estado, bem como o nexos filosófico-histórico entre estrutura e superestrutura”. (SIMIONATTO, 2004, p.41).

‘crise de hegemonia’, que pode ser caracterizada pela debilidade da direção política da classe no poder, ou de seu próprio poder e da perda de consenso.

“Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não crêem mais no que antes criam, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”. (GRAMSCI, 1977, p.311 *apud* SIMIONATTO, 2004, p.42).

Esta afirmação corrobora que é no campo cultural-ideológico que se efetiva a disputa por hegemonia. E a autora afirma que é nesse terreno que as tendências hegemônicas se confrontam, entram em contradição e desencadeiam processos de crise, sendo que, a “crise de hegemonia” é, em essência, um tipo específico de “crise revolucionária”, pois conta com um “alto grau de participação política organizada”, e se conforma em sociedades mais complexas. (COUTINHO, 1989, p.93 *apud* SIMIONATTO, 2004, p.42).

Como o capitalismo tende a funcionar de maneira cíclica (devida a lógica em que se estrutura), passando por momentos de ápice e momentos de crise, estas últimas ocorrem de tempos em tempos. Nestas ocasiões podem ocorrer duas situações: a rearticulação da classe dominante (que possui uma capacidade mais elevada de organização), através de “sacrifícios”, concessões, promessas demagógicas, ou a coerção; ou, pode ocorrer de as classes dominadas ampliar e fortalecer sua articulação, e consequentemente o seu consenso, e “reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder)”. (SIMIONATTO, 2004, p.42).

Quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral”, afirma que essa direção deve exercer-se no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso. [...] a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina “aparelhos privados de hegemonia”,

incluindo: a Escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação de maneira geral. (SIMMIONATTO, 2004, p.44)

Ou seja, ratifica-se todo o complexo debate elencado neste trabalho. Considerando que esses “aparelhos privados de hegemonia” desenvolvem uma teia complexa de ideologias, formuladas historicamente e com a finalidade de garantir a subordinação passiva das classes exploradas, afirmamos, então, que quando isso ocorre, a subalternidade social, assim estruturada, significa também “subalternidade política e cultural” (idem, 2004).

O processo da filosofia da práxis, então, defendida por Iamamoto (2001), e que tem sua origem em Gramsci (no qual ela se fundamenta), vem ao encontro de todas estas considerações. Pois, para o autor, a sociedade somente consegue sair da posição de subalternidade quando assume a consciência crítica e propositiva do próprio operar, da própria ação, quando se constrói uma efetiva posição de classe, e quando se elabora uma *nova concepção de política e de Estado* – o que não ocorre espontaneamente, mas através do encontro entre intelectuais¹⁰ e massa. (SIMIONATTO, 2004, p. 49).

Podemos concluir, então, que a formação de uma nova cultura é necessariamente um ato revolucionário. E, para Gramsci, a crítica ao senso comum “é ponto de partida e ponto de chegada, é processo de crescimento da vontade coletiva” (idem, p.83). A filosofia implícita na ação de cada um, e na ação das diferentes classes sociais, precisa tornar-se explícita. O que se dá, em um primeiro momento, através da crítica às imposições ideológicas e culturais imputadas à classe subalterna, para a sucessiva superação destas e a construção de uma nova concepção “que possibilite estabelecer unidade entre ‘teoria e prática’, entre ‘política e filosofia’”. (ibidem, p.84).

A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado e folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta

¹⁰ “Por intelectual, devemos entender não somente essas camadas sociais às quais chamamos tradicionalmente de intelectuais, mas, em geral, toda a massa social que exerce funções de organização no sentido mais amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública”. (GRAMSCI, 1977, p.37 *apud* SIMIONATTO, 2004, p.58).

concreta, a partir das situações práticas vividas pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegarão a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção. (SIMIONATTO, 2004, p.84).

E, assim, esse processo de *passagem do senso comum a um pensar crítico e histórico* está indissociavelmente vinculado à orientação e escolha por um novo projeto político, pois, é pela própria concepção de mundo que nos identificamos enquanto pertencentes a um determinado grupo ou classe. No momento em que partilhamos de um mesmo modo de pensar e agir, partilhamos de uma mesma cultura, e, organizando-nos organicamente (através destes vínculos formados e de afinidades culturais), construímos as condições para a superação da dominação/subordinação político-ideológica, econômica e cultural exercidas entre as classes sociais antagônicas no capitalismo. Assim iniciamos o processo revolucionário. Movimento este que podemos chamar de “revolução via cultura”, ou revolução cultural.

Somos conformistas de algum conformismo,
somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.
[...] Quando a nossa concepção de mundo
não é crítica e coerente,
mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente
a uma multiplicidade de homens-massa.

Antonio Gramsci (1977)

“A Cara do Brasil”, música que o multi-artista Ney Matogrosso gravou lindamente, revela de modo criativo a complexidade de se criar identidade entre o povo brasileiro. Expressa que esta se manifesta culturalmente de múltiplas maneiras, e incute a questão que permeia nosso senso comum: O que é, ou o que somos, nós que habitamos o Brasil?

Eu estava esparramado na rede
 Jeca urbanóide de papo pro ar
 Me bateu a pergunta meio à esmo:
 Na verdade, o Brasil o que será?
 O Brasil é o homem que tem sede
 Ou o que vive na seca do sertão?
 Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo
 O que vai, é o que vem na contra mão?

O Brasil é o caboclo sem dinheiro
 Procurando o doutor n'algum lugar
 Ou será o professor Darcy Ribeiro
 Que fugiu do hospital pra se tratar?

A gente é torto igual a Garrincha e Aleijadinho
 Ninguém precisa consertar
 Se não der certo a gente se vira sozinho
 Decerto então nada vai dar

O Brasil é o que tem talher de prata
 Ou aquele que só come com a mão?
 Ou será que o Brasil é o que não come
 O Brasil gordo na contradição?
 O Brasil que bate tambor de lata
 Ou que bate carteira na estação?

O Brasil é o lixo que consome
 Ou tem nele o maná da criação?
 Brasil Mauro Silva, Dunga e Zinho
 Que é o Brasil zero a zero e campeão
 Ou o Brasil que parou pelo caminho:
 Zico, Sócrates, Júnior e Falcão

O Brasil é uma foto do Betinho
Ou um vídeo da Favela Naval?
São os Trens da Alegria de Brasília?
Ou os trens de Subúrbio da Central?
Brasil Globo de Roberto Marinho?
Brasil bairro, Carlinhos Candéa?
Quem vê, do Vidigal, o mar e as ilhas
Ou quem das ilhas vê o Vidigal?

O Brasil alagado, palafita?
Seco açude sangrado, chapadão?
Ou será que é uma Avenida Paulista?
Qual a cara da cara da nação?

(Vicente Barreto e Celso Viáfara, A CARA DO BRASIL)

3. A CULTURA NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.

3.1. A Organização da Cultura no Brasil:

A sentença “os intelectuais e a organização da cultura” é o título de uma das coletâneas de Gramsci (de seus escritos do cárcere), que reúne textos relativos “à questão dos intelectuais e da relação deles com os mecanismos de reprodução cultural da realidade (sistema educacional, jornalismo, etc.)”. (COUTINHO, 1990, p.13).

Coutinho (1990) também utiliza esta assertiva como tópico de um de seus livros, com a intenção de explicar justamente como se dá a organização da cultura na sociedade brasileira, traçando um vínculo com a função essencial que a sociedade civil exerce nesse campo, baseando suas análises, obviamente, nos legados gramscianos.

Utilizaremos “a organização da cultura” aqui apenas para contextualizar como esta vem se conformando no Brasil – sem descartar a influência e ligação com o contexto global – baseando-nos, principalmente, nos estudos levantados por Coutinho (1990).

De acordo com o autor, para falarmos em cultura organizada é imprescindível que esta seja formulada a partir “de baixo”, em oposição às grandes transformações políticas que marcaram a nossa história. Dessa forma, as organizações da sociedade civil ganham uma “função social própria: a de garantir (ou de contestar) a legitimidade de uma formação social e de seu Estado”, pois, sabemos que o consenso promovido no âmbito da sociedade civil é necessidade indispensável para estes organismos se legitimarem. (COUTINHO, 1990, p.15).

Entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si. Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica. (COUTINHO, 1990, p.16).

Este pensamento permite concluir, então, que a sociedade civil organizada no capitalismo assume além de uma função, também um *lugar* social próprio. Posicionada

justamente entre o Estado e o indivíduo (fragmentado, no mundo do trabalho), se conforma em um espaço “intermediário” de luta, legitimação político-ideológica, e consenso. A organização da cultura aparece aí como um “momento necessário da afirmação e articulação da própria sociedade civil”. (idem, 1990).

A “organização da cultura”, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de **concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo.**

[...] são também as instituições que servem para difundir a ideologia de modo geral: as editoras, os jornais, os grupos teatrais, etc., estejam ou não ligados diretamente a algum organismo (tipo sindicato ou partido) da sociedade civil. (COUTINHO, 1990, p.17).

Afirmamos, desta maneira, que sociedade civil e organismos culturais só tem existência de maneira autônoma, pluralista e democrática, se coexistirem e se correlacionarem. E a luta de classes – que se materializa em batalhas de ideias, e lutas pelo consenso e hegemonia – atravessa “tanto a sociedade civil quanto esse sistema de ‘organização da cultura’”(idem, 1990).

No panorama mundial, de acordo com o autor, com as revoluções democrático-burguesas e o nascimento do liberalismo nas sociedades ocidentais, acontece um fato antes inédito: a laicização do Estado. As Igrejas, enquanto instâncias ideológicas de legitimação, se tornam algo “privado” com relação ao “público”, e o Estado deixa de impor uma religião e uma visão de mundo em geral à sociedade. O espaço da fé religiosa passa a ter de confrontar-se com outras ideologias para conquistar consciências e adeptos. Os “velhos aparelhos ideológicos do Estado” se tornam, então, autônomos e parte sociedade civil. Em decorrência disso, novas organizações e instituições também surgem de maneira autônoma ao Estado – como sindicatos, partidos, jornais de opinião, etc. – e, embora estejam na lógica da defesa dos interesses privados, tornam-se também “portadores materiais de cultura, de ideologias” influenciando na totalidade da vida social. (ibidem,1990).

Mas, para melhor compreendermos como chegamos aos dias atuais e ao “ambiente político favorável” para o desenvolvimento da política cultural (via Estado) **no**

Brasil, é necessário realizar antes uma breve contextualização histórica que antecedeu este processo organizativo da cultura em nosso país.

No Brasil colonial tínhamos uma sociedade pré-capitalista (ainda que articulada com o mercado mundial capitalista), e sem a existência de uma sociedade civil (de acordo com o conceito gramsciano), pois, não tínhamos partidos políticos e nem um sistema de educação, apenas escolas de catequese. Não havia sequer o direito à impressão de livros ou publicação de jornais. Os poucos intelectuais existentes eram diretamente ligados à burocracia e administração colonial, ou à Igreja que, na época, era o aparelho ideológico direto do Estado. Mal se pode falar em “organização” da cultura nesta época, apenas de uma forma “tosca e primitiva”. (COUTINHO, 1990, p.18-9).

Há alguns indícios desta manifestação na época anterior à Independência, mas nada comprovado. E a forma como foi processada a nossa Independência pouco alterou o quadro, pois se tratou de uma manobra “pelo alto” (“um golpe palaciano”), e não de uma luta ativa e organizada pela sociedade civil, ainda inexistente. Entretanto, com o país tornado independente, surgiram novas necessidades políticas e econômicas, e também a necessidade de desenvolver grupos de intelectuais capazes de servir ao novo Estado. (COUTINHO, 1990, p.19).

[O país tornado independente] impôs, por exemplo, a criação de instituições de ensino superior (principalmente jurídicas) no próprio país. Surge também, com o aparecimento de um incipiente mercado cultural, a necessidade de criar os primeiros rudimentos de um sistema de organização de cultura: publicam-se jornais, editam-se livros, montam-se peças de teatro, etc. (idem, 1990).

Vivíamos sob o modo de produção escravista, entretanto, articulado com o capitalismo internacional, capaz de “importar” determinados tipos de cultura e de instituições (próprias do capitalismo liberal). Mas o escravismo aprofundado no Brasil criou uma imensa lacuna entre as duas classes fundamentais de nossa sociedade. Os escravos não puderam absorver os intelectuais como “seus intelectuais orgânicos”¹¹,

¹¹ “É claro que houve intelectuais abolicionistas; mas, em geral, seu vínculo cultural com os escravos era exterior, retórico – basta pensar na poesia de Castro Alves – e, a luta abolicionista não se fazia em nome de

permanecendo carentes de um projeto político global e, evidentemente, desorganizados entre si. Já os latifundiários escravocratas apenas necessitavam absorver os intelectuais enquanto “mão-de-obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam” (COUTINHO, 1990, p.19). Como as classes dominantes não careciam de legitimar a sua dominação através da ‘batalha das ideias’, incentivavam, então, “uma cultura puramente ornamental, que servia para conceder *status* tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação”. (idem, p. 20).

Aos intelectuais restavam poucas opções, a principal (e quase que exclusiva) era tornar-se funcionário do Estado e aceitar a cooptação das classes dominantes. Praticamente ainda não existia sociedade civil, o voto era censitário, e uma diminuta minoria elegia o parlamento, que não era uma entidade autônoma ao Estado, assim como os partidos políticos, que não eram “partidos de massa”, mas simples apêndices deste último.

Por outro lado, o mercado cultural era bastante restrito; se hoje é quase impossível ao intelectual sobreviver no Brasil com a venda de suas obras, pode-se facilmente imaginar o que ocorria no século XIX. [...] essa situação de subordinação pessoal às classes dominantes era disfarçada pelo *status* relativamente elevado atribuído à condição de intelectual. A posse da cultura era um meio de distinção para homens livres mas não proprietários, que não podiam se dedicar a um trabalho efetivo, já que o trabalho era marcado pelo estigma da condição escrava. (COUTINHO, 1990, p. 20).

Como o mercado da cultura era muito incipiente ainda, podemos inferir que o *status* superior atribuído ao intelectual residia no fato de que podia desfrutar do ócio. Não ter de trabalhar como os escravos era o traço de sua distinção. Entretanto, ao mesmo tempo em que este *status* servia para ocultar sua posição de dependência, serviu também para acentuar “o caráter ornamental da cultura dominante da época”. (idem, 1990).

Havia também uma contrapartida: o intelectual, ainda que cooptado, podia, em suas criações artísticas e culturais, expressar a ideologia ou estilos estéticos mais

um projeto cultural e político dos escravos, mas de uma nova ordem liberal que garantisse o desenvolvimento do capitalismo”. (COUTINHO, 1990, p.19).

“adequados à sua subjetividade criadora”. Entretanto, evitava-se tratar dos problemas sociais e pôr em debate as relações de poder vigentes, já que, direta ou indiretamente estavam sempre comprometidos. A ausência de uma sociedade civil organizada também concorria para este fato. (COUTINHO, 1990, p.21).

[...] a característica central da cultura que nasce no solo da cooptação: trata-se de uma cultura que promove uma “apologia *indireta*” (Lukács) do existente, que justifica a estrutura social não mediante a sua defesa direta, mas mediante a sua mistificação ou ocultamento (caso do romantismo), ou mediante a afirmação de que, embora feia e desumana, ela é imutável, e que devemos nos resignar a ela (como no naturalismo). (idem, 1990).

Durante a Primeira República essa situação também pouco se alterou. A transição para a República no Brasil, assim como na Independência, foi também uma manobra “pelo alto”, que não contou com a militância da sociedade civil. Ainda desorganizadas, as massas não participaram da Proclamação. As instituições republicanas criadas na sequência não visava fortalecer vínculos de classe, o parlamento permaneceu como apêndice do executivo, e os partidos, como confrarias a serviço de coronéis envolvidos na política. A vida intelectual permanece, em essência, restrita a poucos setores da sociedade e continua a ser uma “cultura ornamental” em grande parte. (COUTINHO, 1990, p. 22). O autor ainda afirma:

[Na primeira república] as polêmicas culturais abrem fissuras na superfície homogênea da camada intelectual, mas não tocam nas questões de fundo; não passam, no mais das vezes, de tempestades em copo d’água. Parnasianos, simbolistas, todos se identificam numa comum concepção da cultura: uma concepção elitista, aristocratizante, ornamental. (idem, 1990).

De acordo com o autor, a partir dos anos vinte, quando o capitalismo vai se tornando o modo de produção dominante também internamente no Brasil, nossa sociedade vai se tornando menos simples e mais complexa. Com a abolição da escravidão, nossa estrutura social vai se modificando e novas classes e camadas sociais passam a surgir no cenário político. Os primeiros esboços da industrialização, as grandes

imigrações (de fins do século XIX), e a formação de uma classe operária, criam um “bloco social contestatário”, questionadores do modo organizado, do “modelo ‘prussiano’, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social até então dominante”. Desta forma, com a introdução do capitalismo, o início das lutas operárias e a “agitação das camadas médias”, surge o gérmen do que podemos chamar de “sociedade civil”. (ibidem, 1990).

Temos assim que [a partir dos anos vinte], **a um embrião de sociedade civil** (associações sindicais e primeiros grupos políticos de artesãos e operários), **corresponde um embrião de organização cultural exterior ao Estado** (a imprensa e as associações culturais dos proletários).

[...] o fenômeno Lima Barreto [...] é o primeiro grande intelectual brasileiro a se beneficiar diretamente dessa maior explicitação das contradições sociais, dessa primeira (ainda que incipiente) tentativa de organizar a partir de baixo a vida política e cultural brasileira. (COUTINHO, 1990, p.23, grifo nosso).

No ano de 1922 ocorreu um fato notável: a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um partido político feito a partir de baixo, independente e antagônico ao Estado. Entretanto, a Revolução de 1930 foi também mais uma manobra dada “pelo alto” em nosso país. Lideranças políticas cooptadas pelos setores das classes dominantes (expressas no “tenentismo”) conciliaram-se, e novamente através do modo “prussiano” destruíram em grande parte as tendências de articulações revolucionárias no país. O Estado pós-30, com a intenção de extinguir a autonomia da sociedade civil, incorporou os sindicatos à sua estrutura, e, em 1937 foi instalada uma ditadura que fechou partidos e parlamentos, e criou com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um tipo de “organismo cultural totalitário”, numa estratégia de pôr a cultura diretamente a serviço do Estado. (COUTINHO, 1990, p.23).

Entretanto, a diversificação da formação social brasileira atingiu um caráter irretroativo. As próprias contradições instaladas pelo capitalismo e a ditadura getulista impulsionavam esta diversificação. Acontece que “se podia certamente reprimir, porém não mais podia eliminar” a criação de uma sociedade civil organizada, e a tentativa de

organização da cultura que o autor chama de nacional-popular, “uma cultura não elitista, não intimista e ligada aos problemas do povo e da Nação¹²”. (COUTINHO, 1990, p.24).

A Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira são movimentos políticos de massa [dos anos 30], de proporções até então desconhecidas em nossa história. Essa socialização da política indica que já estavam em andamento os processos que levariam à criação no Brasil de uma sociedade civil autônoma e pluralista. (idem, 1990).

Os indicativos de uma suposta autonomia da cultura e os embriões de uma sociedade civil passam a surgir de modo mais claro a partir da redemocratização do país em 1945. Legalizado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se torna um partido das massas, e compreende a importância da expansão e fortalecimento dessa sociedade civil, da luta pela democracia e pelo socialismo em nosso país¹³ (ainda que de maneira insuficiente, mas já melhor que em 1935). O peso dos sindicatos operários é crescente na vida econômica e política nacional (embora ainda atrelados à tutela do Ministério do Trabalho). As camadas médias (como advogados, escritores, jornalistas, por exemplo) também se organizam de maneira independente, dentro e fora dos partidos, e criando associações para defesa de seus interesses e ideais. Todos estes fatos ampliam consideravelmente, então, o campo da “organização material da cultura” no Brasil. (COUTINHO, 1990, p.25).

[após a redemocratização do país em 1945] uma ampla e muitas vezes fecunda batalha das ideias começa a ter lugar entre nós. Há um acentuado empenho social da intelectualidade, um maior comprometimento com as causas populares e nacionais.

A possibilidade de subsistir fora da cooptação e do favor dos poderosos, graças à rede de organizações culturais que se amplia (com a publicação de jornais independentes, de revistas, com o aumento do número de editoras, com uma crescente autonomia das recém-criadas universidades, etc.), permite ao intelectual escapar mais facilmente [...] do “intimismo à sombra do poder””. (idem, 1990).

¹² De acordo com Coutinho (1990), podemos encontrar uma crítica romanesca da “via prussiana” deste período em romances de Graciliano Ramos e José Lins do Rego, por exemplo. E, em 1933, houve a primeira tentativa séria de interpretar a história brasileira à luz do marxismo, através do ensaio de Caio Prado Júnior sobre a *Evolução política no Brasil*.

¹³ “Sobre o PCB em 1945, cf. Leandro Konder, *A democracia dos comunistas no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 49-61)”. (COUTINHO, 1990, p. 25).

O clima de guerra fria no contexto mundial (que marca também os últimos anos do Governo Dutra no Brasil), entretanto, impede a plena democratização da vida cultural, que sofre altos e baixos (já em 1947 o PCB é fechado, por exemplo). Todavia, continua a se impor a tendência de “uma democratização geral da vida brasileira”, que foi sendo bastante ampliada até o final do período pré-1964, a partir do Governo Kubitschek. Entretanto, o autor afirma que “são pouco sólidas as raízes de um novo caminho (democrático) para a vida nacional, e de uma nova hegemonia (nacional-popular e não mais elitista) na cultura brasileira”. (COUTINHO, 1990, p.27).

Como sabemos, em 1964, sofremos mais um golpe militar no país, onde novamente a solução “prussiana” nos foi imposta como medida para elevar os patamares de acumulação capitalista. O embrião da sociedade civil e toda a organização da cultura que vinham sendo desenhados no país, foram violentamente reprimidos no regime ditatorial¹⁴. Toda a autonomia da sociedade civil (que é a base necessária para uma cultura pluralista e democrática) foi destituída, e, os intelectuais de orientação cultural nacional-popular reprimidos e censurados, abrindo espaço agora para o monopólio das correntes “intimistas”. A “política cultural” do regime voltava seus esforços para “dar força às correntes elitistas e/ou escapistas no plano cultural”, introduzindo esta nova etapa de “monopólio” no sistema de organização da cultura – que se refletiu de várias formas, em especial através dos meios de comunicação de massa, como a grande imprensa, o cinema, e a televisão como o caso mais gritante. (COUTINHO, 1990, p.28).

Entretanto, não se pode afirmar que tudo “foram sombras na cultura brasileira” durante o regime militar. Além da resistência passiva ou ativa da grande maioria dos intelectuais (independente de suas posições ideológicas), o próprio regime, na forma como se deu, modernizando e desenvolvendo as forças produtivas no país (ainda que a serviço das multinacionais, e, conservando traços do atraso no campo) impulsionou muitos fatores objetivos que levaram a uma diferenciação social e à edificação de uma “autêntica sociedade civil entre nós” – atestada pela intensa “sede de organização”

¹⁴ De acordo com Coutinho (1990), entre as primeiras medidas do regime implantado em 64, esteve o fechamento dos principais institutos democráticos de organização cultural na época, como os Centros Popular de Cultura (CPCs), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Associação dos Trabalhadores Intelectuais (o CTI).

(envolvendo operários, mulheres, jovens, intelectuais, entre outros) que atravessou o país. (COUTINHO, 1990, p.29).

Mas a ditadura brasileira não foi uma ditadura “clássica”, ou seja, um regime reacionário *com base de massas organizadas*. Não dispôs de organismos de massa capazes de lutar e conquistar a hegemonia na sociedade civil, para depois destruir sua autonomia e fazer funcionar seus organismos como “correias de transmissão” de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália ou Alemanha fascistas. (idem, 1990).

Nesse sentido, e aproveitando o fato de não haver uma base de massas efetivamente organizadas no Brasil, a ditadura conseguiu obter, até mesmo, o consenso de ponderáveis parcelas da população, especialmente até os anos 1970, durante a fase de expansão econômica. Muito embora esse apoio tenha sido de forma passiva (e não expresso mediante uma mobilização a favor), pois pressupunha a atomização das massas e, sempre atuava com caráter desmobilizador de qualquer forma de organização da sociedade civil, incluindo os intelectuais orgânicos. Sua legitimação se dava na luta contra as ideologias em geral e contra a política acusada de “dividir a nação” e de impedir a “segurança, que garante o desenvolvimento”. Após os anos 1970, com a crise do modelo de produção, cai também esta “ideologia da não-ideologia”, levando o governo a abandonar a repressão como único instrumento de ação, implicando à necessidade do Estado de “fazer política”. (ibidem, 1990).

O próprio desenvolvimento do capitalismo, ao criar um mercado de força de trabalho intelectual, alterou a situação dos produtores de cultura [...]. O velho intelectual mandarim, prestigiado por ‘possuir cultura’, converte-se em trabalhador assalariado. Experimenta agora a necessidade de se organizar, como qualquer grupo social, para lutar por seus interesses específicos [...] que articula-se aqui com a luta geral: com a luta pela liberdade de expressão, de criação e de crítica, que só podem ser asseguradas plenamente num regime democrático aberto à renovação social.

[...] torna-se a base para o florescimento de uma cultura nacional-popular entre nós. (COUTINHO, 1990, p.30-1).

De acordo com Ridenti (2005), a utopia da implementação de uma revolucionária cultura nacional-popular em nosso país, desenvolvidas nas décadas de 1940, 1950 e 1960,

se transformou na ideologia da indústria cultural nos anos 1970 e 1980. Ou seja, uma ‘visão de mundo crítica’ foi metamorfoseada em discurso justificativo da ordem, deixando de conter o seu aspecto legitimamente revolucionário, para ser incorporado como o ‘discurso oficial’ do governo. Em 1980, com a sociedade modernizada e urbanizada, o “nacionalismo terceiro-mundista” ia se tornando coisa do passado. (RIDENTI, 2005, s/p).

A agudização da questão social estava tão gritante que não havia mais meios de se manter uma ditadura, sem políticas sociais efetivas. Conscientes deste fato e dada a pressão popular, a classe dominante engendrou a transição do poder via Colégio Eleitoral, e não através do voto direto. Os militares já no poder foram simplesmente “dotados de poder constituinte” (digamos, por si próprios). Este acordo entre as elites, para garantir a hegemonia no poder, resultou na transição chamada de “lenta, gradual e segura”. Este processo não rompe com o passado, mas contorna a ditadura, e materializa um processo de democratização que acomoda interesses contraditórios, que, ao mesmo tempo em que acolhe demandas populares, reitera também os interesses burgueses. Foi uma estratégia tanto para apaziguar movimentos contestatórios quanto para manter o crescimento econômico do país, e no qual os organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros, influenciaram, e ainda hoje influenciam, diretamente nas diretrizes de atuação política do nosso país.

O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) ajudou a criar no imaginário social a identificação enquanto classe trabalhadora. E a propagação de diversos novos movimentos sociais, além do novo sindicalismo desatrelado do Estado, da mesma forma, concorreram para esta identidade nacional de classe. Também as Comunidades Eclesiais de base da Igreja Católica informadas pela Teologia da Libertação, o surto da imprensa alternativa, o fim do AI-5 e da censura, a anistia e outros fatores, criaram em setores artísticos e intelectuais – identificados ou não com os primórdios do PT – o interesse pela continuidade da organização da cultura de maneira democrática, livre e autônoma ao Estado. (RIDENTI, 2005, s/p). O autor continua, nos elucidando que,

No decorrer dos anos de 1980, as lutas sindicais no Brasil, a campanha pelas diretas-já, o fim da ditadura no início de 1985, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a legalização dos partidos comunistas, o crescimento do PT e outros fatores ainda mobilizaram certo imaginário da revolta e da revolução, mesmo que já distinto daquele dos anos de 1960: destacavam-se correntes de esquerda que buscavam contato com a realidade imediata das vidas cotidianas e com as lutas dos movimentos sociais por direitos de cidadania [...]. Por outro lado, o cenário internacional desfavorável, com o avanço do neoliberalismo, o domínio conservador simbolizado na dupla Reagan-Thatcher e no pontificado de João Paulo II, a crise da revolução nicaraguense, a *glasnost* e a *Perestroika* na União Soviética, que culminariam com o fim do socialismo no Leste Europeu, e internamente a derrota dos candidatos de esquerda Brizola e Lula, nas eleições de 1989, parecem ter selado a sorte da velha estrutura de sentimento. (idem, 2005).

Por “velha estrutura de sentimento” podemos identificar justamente o ideário de criação de uma cultura nacional-popular efetiva em nosso país. A partir de todos estes momentos políticos citados, então, o Brasil vivencia um momento ambíguo, contraditório, e de mão-dupla, influenciando de forma decisiva a organização da cultura no país.

A sociedade civil escalpelada pela ditadura organizou-se enquanto classe, e, lideradas por partidos políticos, intelectuais orgânicos, profissionais de muitas áreas (com projetos de profissões) e movimentos sociais diversos, como o da Reforma Sanitária na saúde, por exemplo, mobilizaram densos protestos e pressionaram o processo de redemocratização do país. Sendo que o cume se deu na promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, na época chamada de “Constituição cidadã”.

Entretanto, como sabemos, tanto a convocação para a Assembléia Nacional Constituinte, quanto a própria organização da Constituição de 1988, foram mais um “golpe de estado” e uma manobra dada pelo alto em nosso país.

Pereira (2002), vem nos elucidar esta questão afirmando que, através deste processo, governo e classe dominante, ao acomodar determinadas demandas sociais (como por exemplo, a criação de políticas sociais com o foco na pobreza, o que também foram diretrizes do BM) criou-se um mecanismo de esvaziamento “político-militante” da classe trabalhadora. Com o forte apoio dos meios de comunicação, aos poucos, os ideais

revolucionários identificados pelos vínculos de classe foram “acalentados”. De acordo com a autora, logo após a Constituinte,

[...] de um lado, elites proprietárias e empresariais, de notável influência no governo, mídia e nos círculos intelectuais e políticos conservadores, atacavam a Constituição, de outro, trabalhadores, desempregados e seus aliados, cada vez mais esvaziados de seus recursos políticos, organizativos, estratégicos, bem como de seu poder de pressão e penetração nos meios de comunicação de massa, resistiam precariamente a esses ataques. (PEREIRA, 2002, p.157).

De acordo com Couto (2006), as décadas de 1980 e 1990 foram “paradigmáticas e paradoxais” no que se refere ao cenário político, econômico e social brasileiro. Por um lado, com a transição dos governos militares para os governos civis, vivenciamos a ampliação do processo de democracia (redemocratização), e toda uma reordenação política e jurídica, evidenciada pela promulgação da Constituição Brasileira de 1988, cujos maiores avanços se deram com relação aos direitos sociais. Por outro lado, devida a recessão vivenciada pelo campo econômico, o governo adotou estratégias para “minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento”, tomando como eixo central de sua organização a “centralidade na matriz econômica em detrimento do social”, onde a cultura está incluída. (COUTO, 2006, p.139-141).

Desta forma agenda política brasileira nos anos 1980 e 1990 (apesar do relativo avanço alcançado pela Constituição de 1988) foi também definida contraditoriamente pelo cenário internacional, através do chamado ‘Consenso de Washington’, onde se priorizou (e se efetivou) uma agenda de teor neoliberal: de privatizações, reformas do Estado, cortes no gasto social público, e outros. Neste processo se insere também o já referenciado imperialismo cultural norte-americano, onde as empresas estrangeiras tomaram conta dos meios de comunicação de massa, ocasionando um processo de “transculturação” no Brasil. O que, de fato, também concorre para que o antigo “sentimento da brasilidade revolucionária”, que promovia a cultura nacional-popular tenha deixado de ser predominante, para transformar-se na ideologia legitimadora da indústria cultural brasileira.

Em uma via de mão-dupla, então, temos dentro desta mesma conjuntura, órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁵, e a UNESCO, além de eventos como a Conferência Mundial dos Direitos Humanos (e outros), decretando a Cultura como inserida no rol dos *direitos humanos*.

Também internamente houve situações como, por exemplo, a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990, como base de pesquisa para a formulação das políticas sociais pelo governo, que elencou três elementos fundamentais: a longevidade, o *conhecimento*, e “níveis de vida decente”¹⁶. O que contribuiu para a discussão da cultura no âmbito das políticas públicas.

Todos estes fatos, entretanto, não implicaram em uma mudança imediata no Brasil em termos de legislação e das respectivas políticas, mas, certamente contribuíram para o adensamento teórico civil da **cultura enquanto direito humano e necessidade social** e, conseqüentemente, para a importância de esta ser assegurada pelo Estado.

A partir da década de 1990, aos anos 2000, este debate se intensifica, e reveste-se de larga disputa política, sobretudo porque o setor da cultura já vem, historicamente no país, sendo capturado pelos interesses do mercado e da indústria. Elemento que não modifica, mesmo com a atual conjuntura.

¹⁵ Um dos documentos básicos da ONU é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, e cujos Artigos XXVI e XXVII, respectivamente, dispõem:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

Todo ser humano tem o **direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes** e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor. (Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em: 06 Out. 2010).

¹⁶ Em 1991, o IDH é aperfeiçoado, sendo incluído aos três elementos que o medem, a *educação*; disparidade entre sexos; distribuição de renda e progresso humano. O IDH permanece ao longo dos anos sendo revisado, ampliado, e qualificado as pesquisas e a metodologia aplicada. Em 1992 é criado também o Índice de Liberdade Política (ILP) para avaliar o *status* dos Direitos Humanos, dividido em 5 categorias: a segurança pessoal; império da lei; *liberdade de expressão*; *participação política*; *igualdade de oportunidades*. Influenciando diretamente no debate sobre a cultura. (PEREIRA, 2002, p.200-209, grifo nosso).

De acordo com Olivieri (2004), foi na segunda metade da década de 1980 que surgiu a primeira Lei de incentivos fiscais para a cultura. Como se tratava de um governo neoliberal, do presidente José Sarney, o objetivo era tão somente estabelecer a parceria entre o público e privado neste setor.

A Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986, popularmente conhecida como Lei Sarney [...] foi criada com a intenção de disponibilizar mais verbas para o custeio das produções culturais, permitindo que o próprio mercado realizasse a escolha da atividade cultural que seria patrocinada. Ela previa a concessão de benefícios fiscais federais para as empresas que investissem em cultura, numa modalidade que foi denominada **mecenato**. (OLIVIERI, 2004, p.71).

A denominação de “mecenato”, de acordo com o autor, foi inspirada na figura dos “protetores da arte na época renascentista”. Esta lei caracterizou-se como uma verdadeira *doação* de recursos do Estado às empresas, pois não havia contrapartida tributária, e a maior parte da verba destinada aos projetos era pública. Através da renúncia fiscal, o Estado custeava em média 60% a 70% do valor dos projetos, sendo que, a escolha do “bem” a ser patrocinado era inteiramente das empresas, bem como a retribuição publicitária. A Lei Sarney até previa a prestação de contas em sua estrutura, mas não estabeleceu métodos para realizá-la e controlá-la, o que a fez ser alvo de acusações de diversos crimes fiscais. Esta lei teve o mérito, ainda, de ser a “semeadora” da ideia entre os empresários de vincular sua marca “a um bem cultural como forma de comunicação da empresa, bem como de apresentar aos governantes a possibilidade de viabilizar as produções culturais através de incentivo”. (OLIVIERI, 2004, p.72-3).

Quando da posse do governo Collor, a Lei Sarney foi revogada (tendo vigorado de 1986 a 1990), juntamente com todos os demais incentivos fiscais federais existentes, o que fomentou a mobilização da classe cultural paulistana, que conseguiu a elaboração de uma nova lei de incentivos, mas apenas para o município. A Lei 10932/90, conhecida como Lei Mendonça (pelo apoio do Vereador Marcos Mendonça) vigora até os dias atuais, e se constituiu como base para a criação da Lei Federal de Incentivos Fiscais nº 8318, de Dezembro de 1991, conhecida como a Lei Rouanet. Após esta, surgiram legislações similares em vários estados e municípios do país. (OLIVIERI, 2004, p.73).

Instituída em 1991, mas regulamentada só em 1995 (através do Decreto nº 1494, em 17 de maio deste ano), a Lei Rouanet (e o decreto regulamentador) foi paulatinamente sofrendo portarias, normativas, resoluções, e ampliando sua burocracia. E a partir de sua regulamentação foi criado o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), e dentro deste, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) que financia 80% dos projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, além do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). A verba do FNC provinha basicamente da Loteria Federal, Fundos de Desenvolvimento Regional e Tesouro Nacional. (OLIVIERI, 2004, p.80).

Podemos afirmar que a concessão de incentivos fiscais para empresa patrocinadora de projetos culturais passou a ser, a partir da década de oitenta, uma escolha regular dos governantes, como forma de viabilizar as produções culturais, ou melhor, como parte de sua política cultural. (OLIVIERI, 2004, p.73).

Esta informação ratifica, então, a rasa incorporação da demanda social de acesso à cultura via Estado, e como esse processo se deu de forma transfigurada, adequada aos ideários mercadológicos. Ou seja, em lugar de mobilizar uma verdadeira democratização pela cultura, de forma a garantir o acesso à produção, bens e serviços culturais por todas as classes, capazes de fomentar (em uma outra instância) a revolução social partida “de baixo”, o Estado e as elites novamente conseguiram a articulação em nosso país, para “manobrar” a organização popular e os movimentos da sociedade civil, em favor da preponderância econômica.

Com a vitória do PT em 2002, entretanto, o Brasil passou a vivenciar um momento histórico no mínimo diferenciado no que tange a (re)significação da compreensão de cultura no âmbito das políticas públicas. Ainda que novamente manobrando “pelo alto”, os poderes Executivo e Legislativo passaram a repensar o conceito e, estão tratando de elaborar uma ampla reestruturação das ações a serem desenvolvidas no setor, através de definições, objetivos e metas mais abrangentes, embora desta vez contando com a participação da sociedade civil (organizada e não-organizada).

É possível afirmar, então, que na gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva foi construído um *ambiente político favorável* para o setor, como nunca na história o havia sido. Ainda que, saibamos, as transformações não chegam a ser revolucionárias, com vistas à conformação de uma nova sociabilidade, mas obtêm consideráveis ganhos.

É fácil identificar nas ações e documentos que vêm sendo desenvolvidos, que os nossos governantes compreendem a cultura também como um forte *vetor de desenvolvimento*, essencial à economia do país, e, ao contrário de desprezar, permanecem fortificando amplamente a parceria entre o público e o privado, além de percebê-la como um meio para a (re)inserção no mercado de trabalho.

Em realidade, vivemos um momento de indiscutível avanço nos marcos regulatórios no setor, mas de instauração também de uma grande contradição. Apesar de contar com ampla participação da sociedade civil no caminho percorrido para o desenho das novas regulamentações, contou-se também com a forte presença do empresariado e investidores em geral. O que acabou por materializar nos textos legais noções ambíguas, e até paradoxais. Fala-se amplamente em cultura como direito humano essencial e como necessidade humana básica, mas compreende-se que esta deve também ser dada via mercado.

De acordo com Pereira (2002), o termo necessidades humanas tem muitas vezes uma conotação tão ampla, relativa e genérica que torna difícil identificar seu conteúdo, bem como delinear suas particularidades para se falar em políticas públicas e sociais. E, de acordo com ela, o domínio intelectual da chamada *Nova Direita* (envolvendo neoliberais e neoconservadores), contribuem massivamente para a conotação subjetiva e relativista desta noção. O que, em termos práticos, implica dizer que o melhor mecanismo para satisfazê-las é o *mercado*. De acordo com a autora,

É o mercado que se apóia no individualismo possessivo, nas aspirações subjetivas de interesses (*wants*) e, por isso, está mais apto que o Estado a atender demandas que nem sempre refletem necessidades sociais, mas *preferências, desejos, vícios, compulsões, sonho de consumo*. Da mesma forma, é o mercado que tem interesse e predisposição para maximizar demandas individuais, ampliando o leque de aspirações particulares, para manter-se dinâmico, promissor e lucrativo. (PEREIRA, 2002, p. 39).

Temos aí um sério problema, pois, quando metamorfoseada em mercadoria, a cultura deixa de pertencer ao cotidiano dos sujeitos como parte de seu direito à educação, à informação, à fruição das artes, etc., para se materializar em pontuais ‘grandes espetáculos’, com vistas ao lazer e entretenimento apenas – e em geral promovidos pela iniciativa privada com o farto apoio governamental. Ao atravessar o campo do mercado, a cultura toma por objetivo lucro e direciona-se às elites de nossa sociedade. O que acaba por perpetuá-la (como há muito em nossa história) como *bem de consumo de luxo* da indústria de entretenimento.

Estas reflexões fornecem assim, o observatório conceitual-crítico, a partir do qual podemos analisar as transformações de ordem política que a cultura passa a sofrer na nova conjuntura aberta. Para melhor demarcar este cenário, realizaremos agora uma contextualização de todo o processo que vem sendo desenvolvido no governo Lula.

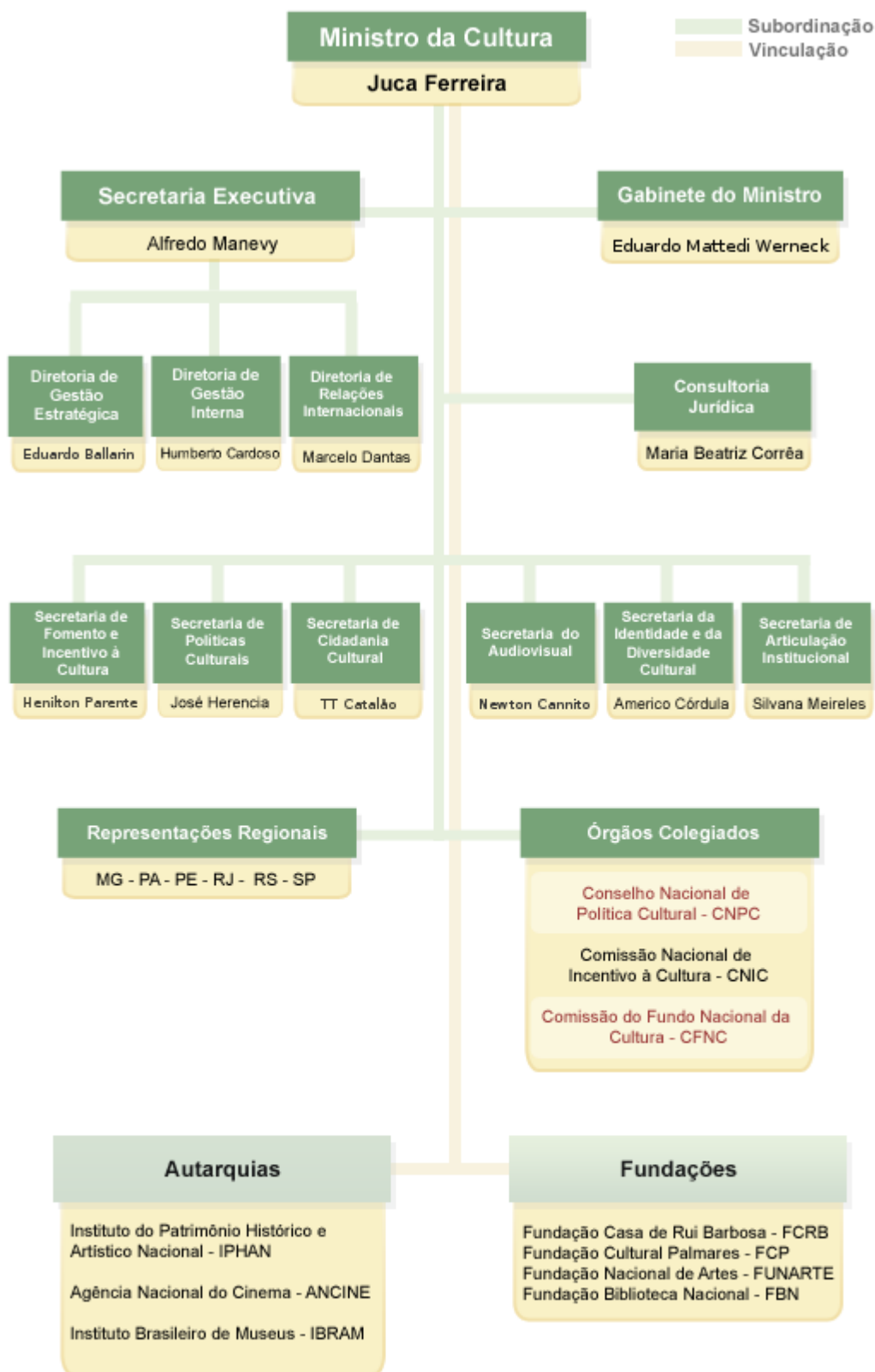
Cabe ressaltar, antes disso, que, a partir do próximo ano (2011), com a nova gestão governamental da Presidente Dilma Rousseff – fruto das recentes eleições em 2010 – segue a incógnita de como se darão as sequências destas deliberações. Especialmente porque a maior parte do que foi construído até o momento não se instituiu ainda enquanto Lei, estando passíveis de ser modificadas e/ou até revogadas.

“Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar.”

Antonio Gramsci

3.2. Contextualização da atual Proposta de Regulamentação da Cultura no Brasil.

Logo no ano de 2003 foi aprovada e iniciada a reestruturação do Ministério da Cultura (MinC) por meio do Decreto 4.805, de 12 de Agosto. De acordo com os dados do MinC (2010), até o presente ano, este órgão desenvolveu sua gestão por meio do seguinte organograma:



Uma das medidas-chave, que possibilitou o desencadeamento de todas as outras, foi a Emenda à Constituição nº 42, de 31 de Dezembro de 2003, e especialmente a **Emenda nº 48**, de 11 de Agosto de 2005, que instituiu o **Artigo 215**.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional.

(BRASIL, EMENDA CONSTITUCIONAL nº 48, 2005).

Este passo além de tratar do **direito universal** à cultura, redefiniu a função do Estado, que passa a ter o dever de articular a política cultural e os sistemas produtivos de cultura na sociedade. Sem romper totalmente com o modelo político hegemônico anterior – baseado exclusivamente nas leis de renúncia fiscal – esta Emenda vem promover um novo modo de produção cultural a partir do **financiamento público direto**. Trata-se de um marco legal que não deixa conter um componente transformador, já que o Estado assume para si, e não mais atribui ao mercado exclusivamente o papel de escolha, seleção e critérios de onde os investimentos serão alocados.

Além da Emenda Constitucional – antes e depois a ela – diversos outros projetos de lei, de emenda, além de propostas como o Plano Nacional de Cultura e outros, estão em trânsito no governo. O MinC vem fomentando espaços de discussão e deliberação, em conjunto com a sociedade civil, mas também ao empresariado investidor na cultura. Ainda assim, podemos afirmar que algumas propostas são realmente capazes de ocasionar mudanças significativas no país.

Sem cair na eloquência dos textos governamentais, mas apenas ressaltando *o quê* realmente nossos representantes consideram como prioritários para nossa sociedade,

vamos contextualizar as principais propostas que estiveram em tramitação no Congresso Nacional no ano de 2010. Utilizaremos o esquema de *quadros* para organizar de maneira mais didática os processos elencados.

Ao consultarmos o Portal da Câmara dos Deputados, no mês de Outubro de 2010, encontramos mais de dez propostas em trâmite no Congresso nesta data. Seguem algumas das principais, e o andamento em que se encontram.

PROPOSTAS em 2010		DESCRIÇÃO	ANDAMENTO
	PL 6835/06	Cria o Plano Nacional de Cultura (PNC) – Será válido para os próximos dez anos, e define os princípios, objetivos e valores, discrimina os órgãos responsáveis pela política, trata de aspectos do financiamento, e outros. Institui o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC) – que, coletará e interpretará dados sobre as atividades do setor e as necessidades sociais que permitam a formulação de políticas públicas. Fornecerá estatísticas, indicadores e outras informações sobre a demanda e a oferta de bens culturais.	Foi aprovado, no decorrer deste ano, pela Câmara e pelo Senado, e sancionado pelo presidente Lula em 03/12/2010. Intituiu a LEI 12.343 / 10

PROJETOS DE LEI	PL 6722/10	<p>Cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo a Cultura (ProCultura) – institui a nova Lei de Incentivo a Cultura que substituirá a atual <i>Lei Rouanet</i>. Ainda preconiza e fortalece a parceria público-privado. Atribui maior detalhamento das ações, e estabelece comunicação com o Fundo Nacional de Cultura, instituindo oito novos Fundos Setoriais.</p> <p>Definidos em:</p> <p>1) Acesso e Diversidade; 2) Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais; 3) Artes Visuais; 4) Circo, Dança e Teatro; 5) Incentivo à Inovação Audiovisual; 6) Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa; 7) Música; 8) Patrimônio e Memória.</p>	<p>Foi aprovado (em 15 de Julho 2010) pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Mercado da Câmara. Será analisado ainda por três Comissões: de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de seguir para o Senado.</p>
	PL 5798/09	<p>Institui o Vale-Cultura – benefício que será pago no valor de R\$50,00 (cinquenta Reais) aos trabalhadores formais, que recebem até cinco salários mínimos, das empresas que aderirem ao Programa Cultura do Trabalhador. Poderá ser trocado por produtos considerados culturais, como: ingressos para cinema, teatro, shows, livros e revistas, e outros.</p>	<p>Já foi aprovado na Câmara e no Senado. Aguarda somente a sanção presidencial.</p>
	PL 5940/09	<p>Institui o Fundo Social do Pré-Sal (PL do Executivo) - Juntamente com a Educação, o Esporte, a Saúde, a Previdência, o Meio Ambiente, a Ciência e Tecnologia, e outros, está sendo proposto a criação de um Fundo Social para “promover o desenvolvimento” no Brasil, no qual a cultura está também inclusa. (O financiamento proviria dos <i>royalties</i> obtidos através da exploração da fonte de petróleo abaixo do fundo do mar, denominada de Pré-Sal).</p>	<p>Está em vias análises pela Câmara, a partir das alterações feitas pelo Senado.</p>

	PL 7674/10	Projeto de Incentivo à Indústria Cinematográfica (PL do Senado) – visa estender o período dos incentivos previstos pela Lei do Audiovisual (de 2010 para 2016), que permite a dedução do imposto de renda dos contribuintes investidos em obras de produção independente.	Aguarda parecer da Comissão de Educação e Cultura.
PROJETOS DE EMENDA CONSTITUCIONAL	PEC 416/06	Cria o Sistema Nacional de Cultura (SNC) – inspirado no Sistema Único de Saúde, estabelece princípios e diretrizes para os entes da Federação, a divisão das responsabilidades e atribuições, o esquema de repasse de recursos, além de instituir instâncias de controle social para as políticas culturais.	Já foi aprovado pela Comissão Especial e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), e aguarda votação pelo Plenário.
	PEC 49/07	Institui a Cultura como Direito Social - A Constituição Federal já a estabelece como Direito Humano fundamental, a intenção é incluí-la também como Direito Social, juntamente com a Saúde, Educação, Moradia, Trabalho e outros.	Aguarda a instalação de Comissão Especial.
	PEC 150/03	Institui um Mínimo de 2% do Orçamento da União para a Cultura – estima-se que, a partir da vinculação com os 2%, a União será obrigada a destinar cerca de 5,3 bilhões ao setor. Orçamento no ano de 2010 foi de 2,2 bilhões.	Já foi aprovada por Comissão Especial e pela CCJC, e aguarda votação pelo Plenário.
MEDIDA PROVISÓRIA	MP 491/10	Institui o Programa Cinema Perto de Você (MP do Executivo) - visa a abertura de salas de cinema em cidades de médio porte e em bairros populares das grandes cidades.	Aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.
REVISÃO DE LEI	LEI 9610/10	Propõe a Revisão da atual Lei dos Direitos Autorais – é uma das mais polêmicas propostas. O MinC promoveu uma consulta pública, que terminou no dia 31/08/10, e obteve 7863 participações.	Está em deliberação no MinC, que deve apresentar o balanço geral da consulta para apresentar o anteprojeto à Câmara.

Como sabemos, há outras propostas que estão sendo estudadas pelo Governo e Parlamento. Porém, dentre elas, é possível afirmar que o recém-aprovado Plano Nacional de Cultura, previsto na Emenda nº 48, é o mais ambicioso dos projetos. Alicerçado pelo respectivo órgão-gestor – o Sistema Nacional de Cultura – e pelo SNIIC, o Plano vem fundamentar e planejar as políticas culturais no Brasil e o processo de financiamento público direto. Seu conteúdo é denso e relativamente complexo, envolve conceitos, valores, engloba diagnósticos e desafios no/para o setor da cultura no Brasil, além de pautar princípios e diretrizes de atuação e financiamento, objetivos a serem alcançados, e outros.

Identificaremos neste momento, então, alguns dos acontecimentos que constituíram as etapas desta construção, e que deram origem ao texto do PNC.

De acordo com o Caderno do MinC (2009, p.18-20), foram 17 principais etapas (entre os anos 2003 e 2010), incluindo regulamentações, decretos, eventos nacionais e internacionais, estudos e outros, os quais permitiram chegar à redação do texto final. Seguindo a ordem cronológica, o quadro abaixo descreve os estágios percorridos.

HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PNC	
2003	Aconteceram vinte encontros do Seminário Cultura para Todos , descentralizados em todo o país, que reuniu artistas, produtores culturais, intelectuais, gestores, <i>investidores</i> , além de outros envolvidos com o debate das políticas culturais. Foram construídos relatórios dos eventos.
2004	No mês de Maio o “IV Fórum das Autoridades Locais de Porto Alegre pela Inclusão Social” – no âmbito do I Fórum Universal das Culturas, ocorrido em Barcelona – aprovou a Agenda 21 da Cultura . Trata-se de um documento formulado em todo o mundo – mas desenvolvido por cidades e governos locais – com questões referentes aos Direitos Humanos, à Sustentabilidade; à Diversidade Cultural; à Democracia Participativa; e à criação de condições pela Paz.

	Foram instituídas as Câmaras Setoriais para estabelecer instâncias de diálogo entre representantes do segmento artístico envolvidos com a elaboração de políticas setoriais para a cultura, e o Estado. Foram elaborados relatórios dos grupos, que também se constituíram em fonte de subsídio para o PNC.
2005	O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 48 , fruto da proposta PEC 306 de 2000, que obriga a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura. A mudança no texto da Constituição desencadeou a abertura efetiva do processo de construção do PNC.
	No mês de Junho foi apresentada a PEC 416, prevendo a instituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC) , mais tarde incorporado ao texto do PNC como rede que irá implementar, acompanhar e avaliar o plano.
	No dia 24 de Agosto o Decreto 5520 instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC) – a finalidade é integrar as instituições aos programas relacionados às práticas culturais, como passo decisivo para a formação do SNC.
	Entre Setembro e Dezembro foi convocada a 1ª Conferência Nacional de Cultura (I CNC) , materializada em mais de quatrocentos encontros estaduais, municipais, intermunicipais e setoriais, e também uma plenária nacional. O ciclo de discussões mobilizou mais de 60 mil pessoas, incluindo gestores de 19 estados e do Distrito Federal, e de cerca de 1200 municípios. As resoluções da I CNC compuseram o projeto de lei do PNC e formaram a base para o desenvolvimento das Diretrizes Gerais.
2006	A Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais , dedicado à garantia dos direitos de expressão e da diversidade, foi adotada em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e ratificada pelo Brasil em 2006. Foi considerada um marco jurídico internacional para as políticas do PNC.
	No mês de Março foi apresentado o Projeto de Lei (PL 6835) que efetivamente propôs o PNC. A partir daí o MinC definiu as Diretrizes Gerais do plano, considerando os subsídios acumulados até então, além de estudos produzidos por intelectuais, pesquisas estatísticas, sugestões de <i>gestores públicos e privados</i> , e o conteúdo de novos encontros de debate (como o Seminário Internacional de Diversidade Cultural em 2007 e o Fórum Nacional de TVs Públicas).

	<p>No final do ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o MinC publicaram o primeiro levantamento estatístico do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic).</p> <p>Foi apresentada uma série de informações relacionadas às “condições da cultura no país”. A referência-base se deu em números: de produção de bens e serviços, gastos públicos, consumo familiar e postos de trabalho no setor.</p>
2007	<p>Foi formada a Subcomissão Permanente de Cultura da Câmara dos Deputados. A partir daí, uma série de audiências públicas para o debate de propostas para o PNC passou a acontecer.</p>
	<p>Em Setembro, o IBGE publicou o Suplemento Cultura. O documento contém uma série de dados como, por exemplo: as atividades culturais existentes e a infraestrutura de equipamentos e meios de comunicação nos municípios brasileiros.</p>
	<p>O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o MinC, publicou dois estudos sobre: <i>Economia da Cultura</i> e Políticas Culturais.</p>
	<p>Foi instalado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).</p>
2008 e 2009	<p>A partir de Março, uma comissão temática do CNPC realizou a revisão do caderno de Diretrizes Gerais do PNC: foram abarcadas propostas de aperfeiçoamento, dando origem à segunda edição do caderno.</p>
	<p>Foram realizados em todas as capitais do país Seminários Estaduais do PNC. Participaram dos debates produtores, artistas, militantes dos movimentos culturais, gestores de instituições culturais públicas, <i>privadas</i> e civis, além de representantes do MinC e da Câmara dos Deputados.</p>
	<p>Aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Cultura.</p> <p>Entre outras importantes deliberações, foram eleitas 32 estratégias e 95 prioridades setoriais para nortear as políticas públicas para o setor. Ao todo, foram analisadas 347 propostas.</p> <p>Participaram artistas, produtores culturais, <i>investidores</i>, gestores e representantes da sociedade (de diversos setores da cultura e de todos os estados do País).</p> <p>A aprovação do <i>marco regulatório</i> da Cultura foi a proposta mais votada (754 votos).</p>

2010	<p>No dia 16 de Março foi aprovado o parecer do relator da matéria do PNC pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</p> <p>No dia 04 de Maio foi aprovada a redação final do PL que institui o PNC, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara.</p> <p>No dia 08 de Julho foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.</p> <p>No dia 09 de Novembro de 2010, foi aprovado pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Senado.</p> <p>E, finalmente, no dia 03 de Dezembro, o PNC obteve a sanção presidencial e instituiu a Lei 12.343/10.</p>
Etapas Futuras	<p>Constituirão as próximas etapas do PNC:</p> <p>Implementação;</p> <p>Acompanhamento;</p> <p>Avaliação; e</p> <p>Revisão.</p>

Afirmamos com segurança que o PNC ainda não prevê o fortalecimento efetivo do que chamamos da verdadeira cultura nacional-popular, já que, para tanto, seria necessário envolver um novo projeto político societário, obrigatoriamente revolucionário, de transformação do modelo capitalista. Além do dever imperativo de ser construído a partir ‘de baixo’, o que não aconteceu. Apesar de contar com ampla participação da sociedade civil, a redação do texto e as deliberações *do quê* efetivamente foi incorporado, esteve submetida à delegação dos dirigentes estatais – que, seguramente, não são aqueles intelectuais orgânicos comprometidos com as massas a que Gramsci fez referência. Basta mencionar que nas “demandas da sociedade civil” encontram-se também aquelas do imenso empresariado da indústria cultural (e que foram estrategicamente congregadas). Vale ressaltar, nesse sentido, que o estudo sobre os sujeitos e seus interesses, bem como sobre o processo de disputas e as lutas que se travaram, embora não se constituam objetivo deste estudo, revelam-se como fecundas fontes de investigação e análise futuras, pelo alto grau de conflitualidade que portam, e pela importância do tema para a sociedade brasileira em sua difícil construção democrática.

A essência textual do PNC ainda se enquadra dentro do conceito *marcuseano* de Cultura Afirmativa, que incorpora certas demandas sociais, mas contém em si elementos reprodutores da ordem, mantenedores da hegemonia e é compilado pela ideologia dominante. O produto de sua redação, conforme referimos, está permeado por noções ambíguas e contraditórias – tal como o governo Lula em si – quando não paradoxais, que ora afirma a cultura como direito humano e prevê a universalidade no acesso, e ora reitera a importância do protagonismo do mercado como o grande provedor – já que a cultura é tida como um essencial vetor de desenvolvimento do país.

Para melhor elucidar estas questões, vamos identificar parte do conteúdo do PNC. Primeiramente é importante compreender que ele abrange três diferentes dimensões sobre a Cultura, referenciadas no quadro a seguir.

AS DIMENSÕES do PLANO NACIONAL DE CULTURA	
Denominação	Descrição
Dimensão Simbólica	“O PNC retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a ‘cultivar’ as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade, o PNC prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões que a cultura brasileira se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de identidade entre os brasileiros.” (PNC, 2008, p.11).
Dimensão Cidadã	“O acesso universal à cultura é uma meta do Plano que se traduz por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso e levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural”. (PNC, 2008, p.11).
	“A implementação do PNC apoiará de forma qualitativa o crescimento econômico brasileiro. Para isso, deverá fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão,

Dimensão Econômica	adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado”. (PNC, 2008, p.12).
---------------------------	---

Fonte: Síntese própria, com base no Texto do Plano Nacional de Cultura (MinC, 2ª Ed., 2008, p.11-12).

Já aí reside a ambiguidade. O simbolismo da cultura é referenciado de forma reducionista, e a promoção da cidadania, que prevê o acesso universal e a democratização dos meios de fruição (via Estado), é simplesmente contraditória ao processo de inclusão da cultura no sistema produtivo, como meio de ocupação laboral para geração de renda.

Neste segundo momento vamos melhor compreender estes fatos, e reconhecer, então, os sete valores e conceitos que, no decorrer do processo de redação do PNC, foram definidos. As ações políticas (projetadas a partir do plano) pretendem se fundamentar a partir dos seguintes termos:

VALORES E CONCEITOS do PLANO NACIONAL DE CULTURA	
Descrição	Caracterização
1. Cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento.	“A cultura é constitutiva da ação humana: seu fundamento simbólico está sempre presente em qualquer prática social. [...] a fruição e a produção de diferentes linguagens artísticas consolidadas e de múltiplas identidades e expressões culturais, que nunca foram objeto de ação pública no Brasil, afirmam-se como direitos de cidadania. Nesse contexto, reconhece-se hoje a existência de uma <i>economia da cultura</i> que, bem regulada e incentivada, pode ser vista como um vetor de desenvolvimento essencial para a inclusão social através da geração de ocupação e renda.” (PNC, 2008, p.30, grifo nosso).
2. A cultura brasileira é dinâmica: expressa relações entre passado,	“A dinâmica cultural não pode ser pensada sem que se leve em conta a dialética entre a tradição e a inovação. [...] As fronteiras entre as expressões populares e eruditas, o conceito de patrimônio histórico, os cânones consagrados das linguagens artísticas e a própria noção de direitos autorais não são concepções estáticas, pois estão em constante processo de atualização. Portanto, são necessárias constantes interlocuções

<p>presente e futuro de nossa sociedade.</p>	<p>entre os legados de nossas matizes culturais fundadoras, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos e cidadãs das diferentes faixas etárias, situações profissionais, condições de vida e opções religiosas, políticas e sexuais. [...] Em favor da diversidade, cabe ao poder público tanto preservar e avivar a memória nacional quanto garantir o pluralismo cultural, com seu caráter experimental e inovador”. (PNC, 2008, p.31).</p>
<p>3. As relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais.</p>	<p>“A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras. [...] O PNC deve projetar suas diretrizes tomando como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais dos povos ameríndios. A valorização das formas culturais e tecnológicas que preservam a natureza deve integrar-se a formas de uso sustentável das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nelas habitam”. (PNC, 2008, p.31).</p>
<p>4. A sociedade brasileira gera e dinamiza sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado.</p>	<p>“Não cabe aos governos ou às empresas conduzir a produção da cultura, seja ela <i>erudita ou popular</i>, impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores. Para evitar que isso ocorra, o Estado deve permanentemente reconhecer e apoiar práticas, conhecimentos e tecnologias sociais [...] promovendo o direito à emancipação, à autodeterminação e à liberdade de indivíduos e grupos. Cabe ao poder público estabelecer condições para que as populações que compõem a sociedade brasileira possam criar e se expressar livremente a partir de suas visões de mundo, modos de vida, suas línguas, expressões simbólicas e manifestações estéticas. O Estado deve garantir ainda o pleno acesso aos meios, acervos e manifestações simbólicas de outras populações que formam o repertório da humanidade”. (PNC, 2008, p.31).</p>
<p>5. O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais.</p>	<p>“A cultura deve ser vista como parte constitutiva de um projeto global de desenvolvimento de um país. [...] A cultura, como campo de políticas de Estado, ultrapassa o tempo dos governos. Ao Estado cabe assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura, instituindo mecanismos duradouros de planejamento, validação, promoção e execução [...] também garantir as fontes de financiamento e os recursos materiais e humanos necessários [...]. Uma real democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos na cultura deve gerar efeitos positivos em diferentes dimensões da vida social. [...] Conjugação políticas públicas de cultura com as demais áreas de atuação governamental é fator imprescindível para a</p>

	viabilização de um novo projeto de desenvolvimento para o país”. (PNC, 2008, p.31-2).
6. Ao Ministério da Cultura cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura.	“O MinC não pode ser identificado como mero repassador de recursos. [...] Como um agente ativo e indutor da implementação de programas de Estado [...] (deve) promover interlocuções e entendimentos entre diferentes protagonistas da área cultural e executar ações abertas à gestão compartilhada com Ministérios afins e órgãos estaduais e municipais, [...] incentivar iniciativas que envolvam os entes federados e organizações da sociedade civil e contribuir para a criação de redes de cooperação e implementação de conselhos e fóruns”. (PNC, 2008, p.32).
7. O PNC está ancorado na co-responsabilidade de diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil.	“Com sua implementação, o poder legislativo, o poder executivo e as diferentes instâncias participativas vão constituir um novo padrão de legalidade, legitimidade, fomento, investimento e financiamento cultural. [...] Além de fortalecer o papel do Estado, o abrangente processo de elaboração e execução do Plano deve resultar no compromisso da sociedade brasileira consigo mesma, com seu presente, passado e futuro”. (PNC, 2008, p.32).

Fonte: Síntese própria, com base no Texto do Plano Nacional de Cultura (MinC, 2ª Ed., 2008, p.30-32).

Chegamos a um momento delicado do PNC. Residem nestes sete valores e conceitos, acima enumerados, elementos fruto de toda articulação ideológica de nossa classe dominante, conjurados com os ideais da sociedade civil. O Plano apresenta, desta forma, produtos da “transculturação” vivenciada pela nossa sociedade (promovida pelo imperialismo norte-americano, e ratificada pela classe hegemônica), o que impede de maneira incisiva a sua materialização plena. Há diversos componentes que ele engloba que, por sua natureza contraditória, estão seguramente fadados a permanecer na retórica governamental.

Já no primeiro conceito a contradição está instalada. Nele reconhece-se que o elemento simbólico da cultura está presente em todas as práticas sociais, mas agrega-o como “direito de cidadania” apenas quando vinculado à economia. Ou seja, é a utilização da cultura como meio de inserção produtiva, no mundo do trabalho, sob o apelo da “inclusão social”. Mas que inclusão é essa? Aquela útil ao sistema? Certamente esta é

uma definição problemática para a cultura, já que, por “vetor de desenvolvimento” entende-se o desenvolvimento da economia do país, do capital e da ordem vigente.

A segunda valoração da cultura é também preocupante. Quando se fala em “fronteiras entre as expressões populares e eruditas” e “cânones consagrados das linguagens artísticas” está-se ratificando a segmentação da cultura por classe social. E ainda pior: induzindo à concepção de uma “cultura superior” que deve servir de base e referência para uma outra “inferior” ou “popular”. O que esmaga a noção de “cultura nacional-popular” defendida por Coutinho, na qual o evento contrário é que deveria se processar. Este conceito chama de “matizes culturais fundadoras” uma cultura elitista, certamente embebida da influência norte-americana, e útil à dominação ideológica e política da sociedade. Em lugar de fortalecer o vínculo orgânico entre “intelectuais e massa”, cria-se mecanismos de manutenção da hegemonia – e em nome da diversidade e pluralismo.

O que, mais uma vez, entra em profunda contradição com o terceiro valor, que afirma o dever de o PNC projetar suas diretrizes tomando como referência os “modelos de relação com a natureza” de culturas ancestrais, como dos povos ameríndios. Como este processo poderia entrar em consonância com os valores acima referenciados? Ou até mesmo como implantar este modelo na atual fase do capitalismo, sem superá-lo?

No quarto valor reconhece-se que a sociedade cria a sua própria cultura e, paradoxalmente, afirma que governo e empresas não devem conduzir a produção cultural. E ainda afirma que o Estado deve criar condições para a “livre expressão e criação cultural”. Mas não é possível definir como isso se daria na sociedade capitalista. E a situação é ainda agravada com a cultura fortemente capturada pelos interesses da indústria de entretenimento.

Novamente o quinto valor reitera a condição da cultura como inserida no “projeto global de desenvolvimento do país”. É impossível harmonizar tal conceito com a livre expressão e fruição cultural e artística, acima referenciada, por exemplo. Fala-se da efetiva “democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos”, mas se contradiz, quando não promove a cultura originariamente brasileira, ou nacional-popular, por exemplo.

Finalmente, fala-se em ampliação da responsabilidade do MinC, do fortalecimento do papel do Estado neste setor (que pode se chocar com o quarto valor), e da cultura como um “compromisso da sociedade brasileira consigo mesma”, elemento que também não é isento de polêmicas.

Seguiremos agora para os “diagnósticos e os desafios” da / para a cultura do Brasil, que foram destacados no âmbito do PNC. Tais referências foram retiradas de estudos e pesquisas realizadas (pelo IPEA, pelo IBGE, pelo MinC), e também dos relatórios de encontros promovidos entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada, durante os anos de 2003 e 2008.

DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS para as POLÍTICAS CULTURAIS	
Com relação às Linguagens Artísticas:	- Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e a experiência estética;
	- Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais;
	- Tornar o Brasil um grande produtor e exportador de audiovisual;
	- Estimular a valorização dos repertórios tradicionais e das novas modalidades circenses;
	- Valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança;
	- Ampliar o acesso à produção de obras literárias;
	- Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia;
	- Estabelecer uma política nacional de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto;

	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral brasileira.
Referentes às Manifestações Culturais:	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o uso do português e valorizar as línguas indígenas;
	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares;
	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira;
	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a produção de design, moda e vestuário como meios de expressão da diversidade e dinamização estratégica da economia;
Sobre as Identidades e Redes Socioculturais:	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar a diversidade na perspectiva multidimensional da cultura;
	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer, qualificar e apoiar a experiência de ONGs e grupos culturais atuantes em comunidades pobres e vulneráveis;
	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar a vivência cultural na infância, juventude e terceira idade;
	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro;
	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano;
Para as Políticas Gerais:	<ul style="list-style-type: none"> - Combater as desigualdades regionais e desconcentrar a infra-estrutura e os meios de acesso cultural;
	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus;
	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar o Brasil em um país de leitores;
	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o uso dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao conhecimento;

	- Equilibrar o respeito aos direitos autorais e a ampliação do acesso a cultura;
	- Qualificar a presença da cultura brasileira no exterior;
	- Fortalecer a esfera autônoma da crítica como elo indispensável na dinâmica cultural.
Para as Políticas Intersectoriais:	- Incorporar a dimensão territorial na implementação da política de cultura, valorizando o enfoque regional, urbano e rural;
	- Contribuir para qualificar a educação formal e a formação cidadã dos brasileiros;
	- Promover a presença da diversidade cultural e regional nos meios de comunicação e fortalecer a televisão pública brasileira;
	- Reconhecer a inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura;
	- Desenvolver o turismo cultural sustentável através da valorização da diversidade.
Com relação à Gestão Pública e Participativa:	- Ampliar as capacidades de planejamento e gestão da política de cultura no Brasil;
	- Diversificar e fortalecer as fontes de financiamento das políticas culturais;
	- Garantir a participação da sociedade civil na gestão da política de cultura.

Fonte: Elaboração própria, com base no Texto do Plano Nacional de Cultura (MinC, 2ª Ed., 2008, p.33-58).

Por serem mais objetivos e diretos, os desafios acabam por delinear um caráter mais inovador, e até abrangente, do que o reconhecimento dos valores e conceitos do PNC. Comportam também a ambiguidade e as contradições inerentes ao plano (e nem poderia ser de outra forma), mas induzem a uma compreensão mais complexa sobre a cultura e indicam caminhos importantes para serem percorridos pelas políticas culturais. Caso materializados os ideais, causariam um considerável impacto em nossa sociedade.

Por fim, considerando todos os valores e conceitos fundantes, assim como os diagnósticos e desafios estabelecidos, o texto final do PNC (2010) prevê, então, cinco Diretrizes para as ações. Segue abaixo.

DIRETRIZES DE AÇÃO do PLANO NACIONAL de CULTURA	
1.	Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural e consolidar a execução de políticas públicas para cultura;
2.	Reconhecer e valorizar a diversidade e proteger e promover as artes e expressões culturais;
3.	Universalizar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
4.	Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura e induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
5.	Estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.

Fonte: Elaboração própria, retirado do Caderno do MinC (2010). Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/pnc/page/2/>. Acesso em 28 Nov. 2010.

Embora novamente comportando a contradição em que está fundamentado, as diretrizes do PNC aparentam compreender elementos dignos para uma transformação do lugar da cultura sociedade. Ainda que reiterando a cultura como vetor para o desenvolvimento da economia do país – em lugar de conformá-la enquanto direito humano e necessidade social, sem contrapartidas – a universalização do acesso parece uma utopia justa de ser buscada. Todavia, como já nos referimos, muitas pretensões deste plano certamente permanecerão na retórica dos governantes e adornando a eloquência dos textos produzidos.

A própria universalização da cultura é o exemplo mais real de que este fato se passará, pois, como já vimos, em uma sociedade dividida em classes, é **no modo como a sociedade se organiza** que se confere a alguns o “privilégio” do acesso, ou se promove a “exclusão” a ela.

Apesar da importância de reconhecermos o avanço promovido pelo último governo, especialmente quanto à regulação do setor cultural, não podemos nos iludir acreditando que atingimos o ápice da democratização da cultura, e que agora todos terão o direito de produção e o livre acesso aos bens e serviços culturais plenamente assegurados.

A teoria formulada por Marcuse permanece vigorando: quando o modo de produção capitalista ocasiona a cisão entre o considerado “útil e necessário” do que se considera “belo, sensível, campo da fantasia”, prescreve-se a materialização da práxis burguesa, e o enquadramento da “felicidade do espírito” num plano à parte.

Aceitar o desafio de superar essa cisão é certamente uma responsabilidade inadiável da luta democrática neste país.

3.3. Considerações sobre a Organização da Cultura e nova Regulamentação:

Uma análise aprofundada de toda a proposta da nova regulamentação da cultura no país demandaria tempo, e espaço privilegiado maiores, para tanto. Entretanto, algumas considerações aqui não podem ser dispensadas.

É fato que o último governo que vivenciamos, liderado pelo PT, desenvolveu uma gestão mais participativa e, em algum nível, mais democrática que todas as antecessoras. As ações que os poderes Executivo e Legislativo desenvolveram junto à questão da cultura no país se deram de forma inovadora em nossa história, pois contou com a considerável participação da sociedade civil, envolvendo trabalhadores, diletantes e militantes em geral do setor cultural. A presença de nomes como de Gilberto Gil e o de Juca Ferreira à frente do MinC contribuíram para este desfecho, porém, não pode-se dizer que se trata de uma iniciativa personalista, ao contrário: a mobilização dos inúmeros

grupos e distintos setores ligados à produção cultural ascenderam uma pauta de lutas e de reivindicações que o governo acolheu obrigatoriamente, até porque uma parte delas tem origem no próprio PT, desde sua fundação.

A mobilização de nossa sociedade, então, para deliberar sobre os projetos, as diretrizes e objetivos a serem instituídos enquanto Lei exerceu papel fundamental neste processo, já que tensionaram a conformação do consenso nos espaços de deliberação para a nova regulação.

Conforme nos elucidam os autores a quem fizemos referência neste trabalho, a sociedade civil organizada exerce papel decisivo na conformação da sociabilidade. Localizada justamente entre o Estado, que afirma defender os interesses públicos, e o indivíduo atomizado, fragmentado no mundo do trabalho, a sociedade civil ocupa esta esfera intermediária com uma atribuição indispensável tanto na produção da divergência, da disputa necessária e do consenso possível, quanto na condução da **direção político-ideológica** a ser atribuída aos debates e materializada, neste caso, nos documentos confeccionados.

E neste sentido, no que tange à organização da cultura em si – que só tem uma existência autônoma e pluralista se co-existir e se co-relacionar de maneira orgânica com a sociedade civil, conforme explica Coutinho (1990) – podemos afirmar que estamos em um momento histórico em que a existência desta organização se comprova (e toma corpo) na batalha das ideias (e na luta pelo consenso). Entretanto, ainda não a encontramos organizada enquanto um real “sistema de instituições” frutos da classe trabalhadora, formulada desde baixo, com um real projeto de classe, em disputa pela hegemonia e em luta por nova conformação social.

Nosso sistema de organização da cultura, na forma como está posto, ainda não está apto a concretizar o seu papel de materializar, através da própria cultura, a função da transformação social. Aquela verdadeiramente revolucionária, com um projeto para toda a coletividade. Estamos ainda no estágio de reprodução da hegemonia vigente, sem pretensões de alterar profundamente as raízes do nosso modelo de sociabilidade e dos antagonismos de classe. Estes que permanecem vigorando obscurecidos pela ideologia

dominante, fortalecido pelos meios de comunicação de massa, e refletidos em nossa própria cultura e senso comum.

Uma das razões que não nos permite falar em uma efetiva cultura organizada no país reside no próprio interesse que a produção por cultura desperta na sociedade. Por ser um setor potencialmente muito rentável, e dado o peso histórico de estar alinhada como “ornamento” da sociedade, não consolidamos ainda uma base político-organizativa para fazer imperar a verdadeira cultura nacional-popular revolucionária. A consequente captura pelos interesses da indústria de entretenimento penetrou na ‘sociedade civil’, se articulando para a participação democrática dos processos decisórios da nova regulamentação. Em nome da sociedade estiveram grandes investidores, *marketeiros* e todo o empresariado em geral que, de alguma forma, tem sua marca vinculada à cultura, e/ou o interesse no incentivo da renúncia fiscal.

Desenhada desta forma é impossível acontecer, então, o reconhecimento de classe desta sociedade civil militante pela cultura de nossos dias, simplesmente porque não é formada pela mesma classe, com interesses afins, mas ao contrário, ela comporta inclusive interesses antagônicos.

E como o nosso governo também não o é revolucionário em essência, que prioriza o social em lugar do econômico, e não comporta os intelectuais orgânicos definidos por Gramsci no âmbito dos partidos políticos, esse processo acaba por materializar a regulamentação que presenciamos: ambígua, contraditória (por vezes paradoxal), que engloba algumas demandas da sociedade, mas muitas do mercado e da indústria de produção cultural.

Este é um fenômeno representativo da direção política-ideológica que contraditoriamente perpassa nosso governo e sociedade, chamado de *pós-modernismo*. Iamamoto (2005) se debruça sobre esta questão, e vem nos explicar:

A cultura da “pós-modernidade”, na sua versão neoconservadora, é produzida no lastro do atual estágio do que Harvey (1993) denomina de “acumulação flexível do capital”. Ela é condizente com a mercantilização universal e sua indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida e gera tremores e cismas nas

esferas dos valores e da ética orientados à emancipação humana. O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as “grandes narrativas”. Assim, questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social. Invade a arte, a cultura, os imaginários e suas crenças, os saberes cotidianos, as dimensões étnicas, raciais, religiosas e culturais na construção de identidades esvaziadas de história (NETTO, 1996, SIMIONATTO, 1999 *apud* IAMAMOTO, 2005).

Assim, a autora afirma que todo este movimento de justapor as demandas da classe trabalhadora aos valores e interesses do capital se reflete no tanto no campo da cultura como em todos os outros setores da sociedade. Pertencente, portanto, a um nível estrutural, onde a ideologia pós-moderna reflete o próprio momento do capitalismo e o modo como este vem se legitimando na sociedade. Como a manutenção da dominação de classe, para se manter hegemônica, deve atravessar não só o campo econômico e da coerção, mas conformar consensos que a legitimem, temos na dimensão da cultura da sociedade que há um esvaziamento de qualquer posicionamento crítico que se contraponha a ordem instituída.

Alimentada pela ética da superficialidade, da banalização e do consumismo, a razão pós-moderna se fortifica através de “grandes e oficiais” discursos, ratificados pelos nossos *especialistas* e tomados como verdades superiores pelo todo. Explicando a totalidade da vida social de forma parcializada, com vistas à alienação e à fragmentação dos indivíduos, resulta a ausência de condições para uma nova forma de existência.

Este processo que constrói identidades ocas de seu conteúdo histórico, impede propositadamente a identificação de classe dos trabalhadores do capital, e mortificam os projetos coletivos e as utopias.

A cultura, inserida neste panorama, é da mesma forma esvaziada de seu conteúdo político-transformador e revolucionário, e, aprisionada nas tramas do instituído, reproduz as contradições da ordem, e não exerce o seu compromisso desvendado pela teoria social crítica. Nem pertence livremente ao campo privilegiado de expressão da subjetividade do espírito, nem se conforma em necessidade humana essencial, cuja incorporação no campo da política pública por um Estado democrático-popular e revolucionário pode apoiar e sustentar. Em lugar disso, metamorfoseia-se em mercadoria, reitera a subalternidade de

classe quando assume a finalidade de (re)inserção do indivíduo no processo produtivo, e não permite a construção de um senso comum renovado.

A disputa sintetizada (a seguir) por Ianni (1993) segue aberta, como agenda de luta das classes subalternas, em direção da sociedade emancipada – socialista – que queremos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Iniciamos este trabalho perpassando pela conceituação da cultura sob o prospecto da teoria social crítica com a intenção de delinear um parâmetro mais próximo do ideal que permita, por exemplo, a trabalhadores e militantes da cultura de uma maneira geral – especialmente àqueles que se inserem nas lutas de populares – a refletir sobre o tema de uma maneira mais profunda, contribuindo para a promoção de considerações críticas e politizadas, que ultrapassem a razão *rasa* da ideologia pós-moderna.

Compreendemos, ao longo das reflexões, que o modo de produção capitalista ocasiona um amortecimento do potencial revolucionário intrínseco à cultura. Se por um lado verificamos que a cultura deve ocupar um vínculo com a *história* de maneira indissociável – pois aí reside o seu fundamento enquanto direito humano, e necessidade social básica – por outro lado, identificamos que a forma como se dá a nossa organização social simplesmente impede este fato.

Na sociedade dividida em classes é impossível falarmos na efetiva universalização do acesso à produção, bens e serviços culturais, bem como na livre fruição e expressão das artes. É no embate entre os pólos antagônicos (ineliminável no capitalismo) que se desconfigura a condição da cultura como **direito**, e a institui como o **privilégio** para alguns. E desta forma, acaba-se por utilizar a “posse da cultura” como meio de discriminação social, econômica e política na sociedade estratificada.

No meio deste engodo, temos ainda a questão ideológica que a cultura envolve. Como a classe dominante carece de legitimação na sociedade para se manter firme na disputa hegemônica, esta engendra meios *maquiavélicos* para disseminar o que se chama de uma “cultura oficial”, com caráter universalizante. Através da produção de discursos competentes, trata de explicar a realidade do todo social de forma parcializada, obscurecendo propositadamente os antagonismos de classe, acalentando os potenciais vínculos contestatórios a serem formados, e alienando ainda mais os sujeitos já atomizados no mundo do trabalho. Sob este aspecto, os meios de comunicação de massa exercem função essencial, pois se encarregam competentemente da difusão desta cultura transfigurada e manipuladora. No caso da América Latina todo este panorama é ainda

agravado pelo imperialismo cultural norte-americano, que penetra incisivamente todos os setores de nossa vida social, e impede o reconhecimento e a construção de uma efetiva cultura nacional-popular, revolucionária em essência.

Assim, a dominação ideológica exercida pelas classes dominantes (nacionais e internacionais) ultrapassa o campo do conhecimento e da informação, e passa a influenciar de maneira direta a vida dos sujeitos, dilacerando o nosso universo intersubjetivo de crenças e valores, para promover uma “massificação cultural” geral, ou, o que chamamos de “transculturação não participativa e destruidora dos valores autóctones”. (RIZZOTO, 2009).

Considerando que a essência da cultura humana localiza-se em uma via de mão dupla, pois é também produzida de forma autônoma e independente a qualquer dominação justamente por ser fruto de sujeitos sociais racionais e criativos, destacamos aqui que a cultura ultrapassa o campo da disputa ideológica, para revestir-se também de disputa política.

Por defendermos que a cultura deve assumir o compromisso com o processo de superação da subalternidade, e com a consequente promoção da emancipação humana, acreditamos, então, que ela deve assumir o centro do debate da luta de classes.

Considerando principalmente os legados marxistas, entendemos que, aos intelectuais, cabe a responsabilidade fundamental de se vincular organicamente com as massas, e, através de uma relação dialética com estas, fomentar a construção de um novo projeto político de classe, partindo desde baixo, necessariamente revolucionário. Seria o que chamamos de revolução via cultura, ou revolução cultural.

Neste sentido, considera-se que o florescimento de uma “consciência social alternativa” reside justamente no *senso comum* de nossa sociedade. Entendendo que este é um espaço de reprodução de noções e valores ambíguos, que ora mune-se de saber, ora de ignorância, cabem aos intelectuais orgânicos desvendar justamente as questões que estão ocultas ou dissimuladas pela ideologia dominante. Reconhecendo as reais demandas da população (pois o vínculo entre teorização e prática, realidade concreta, deve ser indissociável) e o que se chama de “núcleo sadio” do *senso comum*

(denominado de *bom senso*), devemos alimentar estratégias de desvendamento da realidade, para potencializar a “intuição” dos sujeitos que revela as injustiças da sociedade, em favor da construção de um senso comum renovado, ou à ultrapassagem daquele vínculo de subordinação para a criação de uma *nova cultura*. Tal processo é definido como a “filosofia da práxis”.

Em termos práticos este processo se daria, em um primeiro momento, pela inserção desta “elite de intelectuais orgânicos” no Estado e demais espaços públicos, especialmente via Partido Político. Desta forma, poderíamos desencadear um verdadeiro processo de disputa por hegemonia, e aproveitar as crises do capital (que tende a funcionar de maneira cíclica) para ocasionar a crise de hegemonia também, e, assim, gerar o ambiente favorável para a transformação social. Todavia, é necessário ressaltar que, esse processo somente se dá, se concomitantemente a ele, estiver a mudança no paradigma da cultura de nossa sociedade. Uma nova concepção de política e de Estado não ocorre espontaneamente, mas através da *passagem do senso comum para um pensar crítico e histórico*.

Quando trazemos este debate filosófico para a realidade brasileira, desvendamos que a organização da cultura em nossa sociedade levou um tempo relativamente longo para se consolidar. Como uma cultura organizada em uma sociedade só tem existência quando na organização também da sociedade civil (uma vez que “organização da cultura” por definição, pressupõe sua origem “desde baixo”, ligada às demandas do povo e da nação), em nosso país só teve o seu surgimento a partir do século XX.

Historicamente, o *lugar* social que a cultura vem ocupando é o de “ornamento” das elites. Antes conferindo uma posição de *status* social, hoje, metamorfoseada em mercadoria. Capturada pelos interesses da indústria cultural, a partir da segunda metade do século XX, a cultura reduz o seu protagonismo no seio dos movimentos sociais para se tornar parte do discurso oficial dos governos neoliberais, neoconservadores e, agora, pós-modernos.

Não por acaso a cultura passa a entrar nas agendas governamentais brasileiras. Declarada internacionalmente como um direito humano fundamental, os governos (pós Constituição de 1988 principalmente) se vêm obrigados a acatar certas demandas

populares, justamente para assegurar sua legitimidade junto à sociedade, produzir consensos, e manter a hegemonia do poder.

Como os processos de transição de poder sempre se deram “pelo alto” no Brasil, com a desmobilização e o dificultamento da participação da sociedade civil, a organização de uma cultura nacional-popular sempre foi também cerceada por nossas classes dominantes, além de bombardeadas pelos valores estrangeiros.

Todavia, parte de nossa classe cultural sabe disso. A vitória do PT nas eleições de 2002 desencadeou um processo de ampliação do Estado no que tange o desenvolvimento de políticas culturais, e vem dando origem a uma porção de projetos de lei, emenda constitucional, medida provisória e outros. Essas medidas não rompem completamente com o passado centrado essencialmente em leis de incentivo à renúncia fiscal (que tem por foco o empresariado, e a parceria público-privado). Entretanto institui muitas outras medidas de financiamento direto, assumindo para si a responsabilidade de prever e controlar onde os recursos são alocados. É um momento inovador em nossa história.

Recentemente, em 03 de Dezembro de 2010, obtivemos a aprovação do Plano Nacional de Cultura que, agora instituído enquanto lei, prevê amplas ações para o setor, como por exemplo, a universalização do acesso à cultura. Entretanto, como vimos, por não termos uma efetiva organização da cultura de raiz nacional-popular, tampouco intelectuais orgânicos suficientemente atuantes, comandando nossos partidos políticos, sindicatos e movimentos populares, as transformações não chegam a ser revolucionárias, com vistas à conformação de uma nova forma de existência. Em lugar disso, as novas regulamentações acomoda interesses contraditórios e materializa documentos com significados ambíguos.

Ainda assim, quando olhamos para o nosso passado de subordinação, não podemos deixar de reconhecer o potencial que a organização dos setores populares da sociedade brasileira pode alcançar nos tempos futuros. Sobre essa questão, Fernandes (2008) vem complementar:

[...] a sociedade brasileira transformou-se *revolucionariamente*, no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento capitalista; às tensões estruturais e históricas que abalam a sociedade civil; ao volume, diferenciação e dinamismos, do regime de classes; no crescimento do Estado, de sua capacidade de intervenção em todas as esferas da vida econômica, cultural e política da Nação, e da urgência histórica, que isso cria, de ruptura da hegemonia burguesa, nacional e estrangeira, no aparato estatal. Sob esses aspectos, sem que os problemas e dilemas nacionais tivessem sido solucionados ou ultrapassados, o Brasil está quebrando os vínculos com seu passado colonial, neocolonial e subnacional, ao mesmo tempo que acumula forças históricas que estão forjando, aceleradamente, um novo futuro no presente. Em suma, configura-se aí a transição para uma nova era e para a sociedade brasileira do século XXI. (FERNANDES, 2008, p.219-220).

A urgência do rompimento com a hegemonia burguesa, então, aparece como pauta de debate entre nossos estudiosos. Ainda que não tenhamos consolidado a ampla renovação de nossa cultura e nosso senso comum, as novas regulamentações no setor, entretanto, se não são revolucionárias em si, ao menos permitem a abertura de espaço.

A “democracia a partir de cima” choca-se, hoje, com as sólidas pressões que buscam definir um novo eixo político para o Estado, liberando igualmente a revolução nacional e a revolução democrática. E se os pólos conservadores se classificaram, por sua vez os pólos radicais e revolucionários sobem à tona e mostram sua vitalidade com inegável rapidez e eficácia. Estes pólos projetam no cenário brasileiro o que é a “democracia de baixo para cima” e deixam patente o caráter proletário e socialista das tendências sociais mais firmes à democratização do Estado, historicamente, como uma realização da maioria, ou seja, da massa do Povo. O arco conservador está sendo vergado pelas circunstâncias [...]. (FERNANDES, 2008, p.224).

Assim, se as diretrizes mais íntegras (com o que se compreende por *história-cultura*) do PNC e das novas regulamentações forem utilizadas estrategicamente por nossos intelectuais – o que dependerá necessariamente também de organização e luta da sociedade civil e das massas, e do vínculo orgânico entre estes – poderemos materializar uma significativa transformação no campo político, ideológico e cultural de nossa sociedade. Talvez ainda não a revolução completa, mas um avanço real se considerarmos nosso processo histórico. Ou melhor: o início de um processo de revolução democrática permanente (idem, 2005)

5 - REFERÊNCIAS:

AS DIMENSÕES DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. Segunda Edição. Brasília, agosto de 2008. <www.cultura.gov.br/pnc>

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48. 10 de Agosto de 2005. Constituição Federal. Brasília, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*. O direito a cultura. 1ª Edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____. A Cultura. *In*: CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática S.A., 1994.

_____. O discurso competente. *In*: CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. 12ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. 367 págs.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA. Ministério da Cultura. Disponível em <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/conheca-as-32-propostas-prioritarias/>> Acesso em 29 Out. 10.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990.

_____. Cultura e sociedade no Brasil. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990.

_____. Prefácio. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social, a Constituição de 1988 e a segurança social: do texto constitucional à garantia da assistência social. In: COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em: 06 Out. 2010.

DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS. *Caderno "Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura"*. Ministério da Cultura. Segunda Edição. Brasília, agosto de 2008. <www.cultura.gov.br/pnc>

DIRETRIZES DE AÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. *Caderno "Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura"*. Ministério da Cultura. Brasília, agosto de 2010. Disponível em: <www.cultura.gov.br/pnc>. Acesso em 28 Nov. 2010.

FERNANDES, Florestan. Na revolução da democracia. In: BOSI, Afredo (org.). *Cultura Brasileira: Temas e situações*. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Ática, 2008. 224 págs.

HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PNC. Ministério da Cultura. *Caderno Por que votar o plano Nacional de Cultura: Conceitos, participação e expectativas*. Brasília, Abril de 2009. <www.cultura.gov.br/pnc>

IAMAMOTO, Marilda Villela. O reencontro com o debate contemporâneo: classe e cultura. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional*. Revista Katálisis, 2005. v.8 n° 2, Jul/Dez. Florianópolis: UFSC, 2005. <dialnet.unirioja.es>

IANNI, Octavio. *Revolução e Cultura*. Coleção Retratos do Brasil, v. 163. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 134 págs.

LIMA, Rosilene Aparecida da Silva. Cultura: Um Mosaico de Sentidos. In: LIMA, Rosilene Aparecida da Silva. *Cultura e a superação da subalternidade: um debate no Serviço Social*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2006.

MARCUSE, Herbert. Filosofia e Teoria Crítica. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. Cultura, Política Cultural e Leis de Incentivo à Cultura. In: OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

_____. Procedimentos organizatórios da Lei Rouanet. . In: OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/o-ministerio/organograma/>. Acesso em 28 Nov. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. A contribuição do conceito de necessidades humanas básicas à formulação de políticas sociais. In: PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Anexos. In: PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. Dossiê/História Social da Cultura (América Latina). Volume 17, nº 1. São Paulo: Tempo Social, Junho de 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 01/12/10.

RIZZOTO, Carla Candida. Mídia de Massa na América Latina. *In*: RIZZOTO, Carla Candida. *Contratos Comunicacionais: um estudo a partir do conflito político-midiático da Venezuela*. Curitiba: UTP, 2009. 189 págs.

SALES, Mione Apolinário. RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Apresentação. *In*: SALES, Mione Apolinário. RUIZ, Jefferson Lee de Souza (orgs.). *Mídia, Questão Social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

SALES, Mione Apolinário. Mídia e questão social: o direito à informação como ética da resistência. *In*: SALES, Mione Apolinário. RUIZ, Jefferson Lee de Souza (orgs.). *Mídia, Questão Social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. A trajetória intelectual de Gramsci. *In*: SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª Edição. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Brasil e as idéias de Gramsci. *In*: SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª Edição. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O legado de Gramsci e a contemporaneidade. *In*: SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª Edição. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

VALORES E CONCEITOS PARA O PLANO NACIONAL DE CULTURA. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. Ministério da Cultura. Segunda Edição. Brasília, agosto de 2008. <www.cultura.gov.br/pnc>